

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA

GUSTAVO MENON

“A REVOLUÇÃO CIDADÃ”:
O GOVERNO RAFAEL CORREA E
OS MOVIMENTOS INDÍGENAS NO EQUADOR

SÃO PAULO

2013

GUSTAVO MENON

**“A REVOLUÇÃO CIDADÃ”:
O GOVERNO RAFAEL CORREA E
OS MOVIMENTOS INDÍGENAS NO EQUADOR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais – área de concentração: Política.

Orientação: Prof. Dr. Lúcio Flávio de Almeida

**SÃO PAULO
2013**

MENON, Gustavo.

“A revolução Cidadã”: O governo Rafael Correa e os movimentos indígenas no Equador. São Paulo, 2013.

Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP como critério de avaliação para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais na PUC-SP

1. Equador 2. Rafael Correa 3. Movimentos Sociais 4. América Latina

Examinadores

Dedicatória

Aos que lutam e lutaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, irmãs, familiares e amigos(as), que não mediram esforços e carinho para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Aos professores e amigos, Luiz Carlos de Campos e Wagner Wuo, exemplos de pessoas caridosas, pela compressão e atenção ao longo de meu desenvolvimento profissional junto ao NPT-PUC/SP.

Em especial, ao Prof. Dr. Lucio Flávio Rodrigues de Almeida, do Departamento de Política da PUC-SP, por me orientar de forma crítica, revolucionária e marxista, cooperando significativamente com suas conversas e reuniões na edificação do presente trabalho.

À minha namorada, Amanda Raimondi, garota doce e amiga, por me propiciar com essa dissertação momentos de amor, risadas, felicidade e companheirismo. Sem você, esse sonho não seria possível. Amo você, meu encanto!

Por último, agradeço a todos aqueles que acreditaram e colaboraram de alguma forma até esse momento tão especial em minha vida.

Que eu possa retribuir e atender a expectativa de todos.

Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida.
Esses são os imprescindíveis.

BERTOLT BRECHT.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contribuir para a análise das relações entre os movimentos sociais indígenas e o governo Rafael Correa, no Equador, entre 2007 e 2012.

A maior participação do Estado no controle do setor petrolífero, a contestação de parte considerável da dívida pública (interna e externa), a crítica à dolarização da economia, o alinhamento da política externa com o bloco bolivariano, a proclamação de uma nova constituição que institucionaliza novos direitos fundamentais, inclusive para comunidades indígenas – eis alguns aspectos do referido governo.

Em qualquer país, mudanças deste porte não se devem às características demiúrgicas de um governo, por mais importante que seja a atuação deste. Aqui se pretende ressaltar que esses avanços também foi determinado por intensas lutas, com diversos avanços e recuos, momentos de expansão e de contração, dos movimentos indígenas no Equador.

No período mencionado, o governo e os movimentos sociais, assumiram, de diferentes e, muitas vezes, contraditórios modos, posições antineoliberais, o que levou a um conjunto de mudanças significativas na formação social.

Longe de predeterminados, os desdobramentos deste processo encontram-se em aberto, até porque existe a presença ativa de forças conservadoras hegemônicas pelo neoliberalismo. Estas compõem uma aba do leque de possibilidades que passa pelo neo-desenvolvimentismo e se estende a políticas de forte caráter antissistêmico.

Palavras-chave: Equador; Rafael Correa; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The objective of this work is to contribute to the analysis of articulation between social movements and the Correa government in Ecuador from 2007 to 2012.

The largest share of the state in controlling the oil sector, the challenge of considerable public debt (internal and external), the criticism of the dollarization of the economy, foreign policy alignment with the Bolivarian bloc, the proclamation of a new constitution that institutionalizes new rights, including indigenous communities - here are some aspects of that government..

In any country, changes of this magnitude are not due to the characteristics of a demiurgic government, however important the performance of this. Here we want to emphasize that these advances was also determined by intense struggle, with many advances and retreats, times of expansion and contraction of social movements in Ecuador.

In the mentioned period, the government and social movements, assumed, of different and often contradictory ways, anti-neoliberal positions, which led to a number of significant changes in the social formation.

Far from predetermined, the ramifications of this process are open, because there is the active presence of conservative hegemony forces by neoliberalism. These make up a tab of the range of possibilities that goes through the new-developmentalism and extends to policies anti-systemic strong character.

Keywords: Equador. Rafael Correa and Social Movements.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es contribuir al análisis de las relaciones entre los movimientos sociales indígenas y el gobierno de Correa en Ecuador desde 2007 a 2012.

La mayor parte del estado en el control del sector petrolero, el desafío de la deuda pública considerable (interna y externa), la crítica de la dolarización de la economía, la política exterior de alineamiento con el bloque bolivariano, la proclamación de una nueva constitución que institucionaliza nuevos derechos, como las comunidades indígenas - aquí hay algunos aspectos de ese gobierno.

En cualquier país, los cambios de esta magnitud no debería ser demiúrgica características de un gobierno que es más importante para el rendimiento de este. Aquí queremos hacer hincapié en que estos avances se determinó también por la lucha intensa, con muchos avances y retrocesos, momentos de expansión y contracción de los movimientos sociales en el Ecuador.

En el período mencionado, el gobierno y los movimientos sociales, que se supone, de manera diferentes ya menudo contradictorias, anti-neoliberales posiciones, lo que llevó a una serie de cambios significativos en la formación social.

Lejos de predeterminado, las consecuencias de este proceso son abiertos, porque no es la presencia activa de las fuerzas conservadoras hegemónicas por el neoliberalismo. Estos constituyen una pestaña de la gama de posibilidades que pasa por el neodesarrollismo y se extiende a las políticas de carácter antissistémico fuerte.

Palabras claves: Ecuador. Rafael Correa y Movimientos Sociales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA – ALIANÇA BOLIVARIANA PARA AS AMÉRICAS
ALIAANÇA PAÍS – PÁTRIA ALTIVA E SOBERANA
CAF – CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO
CAN – COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES
CEO – CONFEDERAÇÃO EQUATORIANA DE OBREROS
CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE
CIA – AGÊNCIA CENTRAL DE INFORMAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
CNE – CONSELHO NACIONAL ELEITORAL
CONAIE – CONFEDERAÇÃO DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DO EQUADOR
CONFENIAE – CONFEDERAÇÃO DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA EQUATORIANA
DP – DEMOCRACIA POPULAR
ECUARUNARI – ECUADOR RUNACUNAPAC RICCHARIMUI – DESPERTAR DOS ÍNDIOS DO EQUADOR
FARC – FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA
FED – FEDERAL RESERVE – BANCO CENTRAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FLAR – FUNDO LATINO AMERICANO DE RESERVAS
FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
GIAC – GRUPOS ILEGAIS ARMADOS DA COLÔMBIA
ICCI – INSTITUTO CIENTÍFICO DE CULTURAS INDÍGENAS
ID – ESQUERDA DEMOCRÁTICA
INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS E CENSOS
IPCC – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
ITT – ISHPINGO, TAMPOCOCHA E TIPUTINI
MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL
MPD – MOVIMENTO POPULAR DEMOCRÁTICO
MUPPNP – MOVIMENTO DE UNIDADE PLURINACIONAL PACHAKUTIK NOVO PAÍS
OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES
PND – PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
PSC – PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSP – PARTIDO SOCIEDADE PATRIÓTICA
PRE – PARTIDO ROLDOSISTA EQUATORIANO
PRIAN – PARTIDO RENOVADOR INSTITUCIONAL AÇÃO NACIONAL
SENPLADES – SECRETARIA NACIONAL DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SRI – SERVIÇO DE RENDAS INTERNAS
TLC – TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO
UNASUL – UNIÃO DE NAÇÕES SUL AMERICANAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: DOLARIZAÇÃO, MONOPÓLIOS DE PETRÓLEO E SUBDESENVOLVIMENTO: A POLÍTICA NEOLIBERAL IMPLEMENTADA NO EQUADOR	18
1.1 Estrutura de classes e dominação étnica.....	19
1.2 Ditadura militar, formação do Estado equatoriano e a configuração do sistema político.	24
1.3 <i>Su Petróleo!</i> O Estado petroleiro a serviço do setor privado: a formação da burguesia petrolífera..	29
1.4 Os governos neoliberais.....	32
CAPÍTULO II: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO EQUADOR	35
2.1 O movimento <i>obrero</i> equatoriano	36
2.2 A CONAIE e o movimento indígena no Equador.	37
2.3 As principais lutas contra o neoliberalismo: Avanços e limites dos movimentos sociais equatorianos na década de 1990.	38
2.4 Pachakutik	40
2.5 !Que se vayan todos!	42
CAPÍTULO III: “A REVOLUÇÃO CIDADÃ” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EQUATORIANOS	47
3.1 Assembleia Constituinte e a nova Constituição	48
3.2 Direitos e deveres da natureza	53
3.3 Bom-viver.....	56
3.4 Lei de imprensa	59
3.5 Auditorias da dívida pública (interna e externa).	62
3.6 Política externa	63
3.7 Os movimentos sociais e o governo Correa: convergências e divergências.	64
3.8 As FARC e 30S	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
CRONOLOGIA (A PARTIR DE 1990)	103
PRESIDENTES DO EQUADOR (A PARTIR DE 1960)	106
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

A distribuição de riqueza por meio do livre mercado está longe de ser igualitária. O caso da América Latina é nítido de como um país pode ficar escravo do capital estrangeiro.

Durante o ápice desse período neoliberal no decorrer da década de 1990, alguns governos dolarizaram suas economias em meio a crises político-financeiras, acreditando que no seio da nota verde viriam todas as bondades que o Império prometia: O Equador foi uma das vítimas desse imbróglio¹ (Sader, 2012).

O país foi imediatamente afetado pela dolarização, fragilizando ainda mais sua economia. Houve enormes ondas de emigração para os EUA e para a Europa. Segundo Davalos (2006), estima-se que 10% da população tenham emigrado do país entre os anos 1998-2000².

O Equador, já subdesenvolvido e dotado de uma economia primária, renunciava a fazer política monetária. Seu Banco Central passou a ser o *Federal Reserve* dos EUA, o que representou maior dependência aos Estados Unidos, uma vez que a política monetária passou a ser inexistente (Acosta, 2005, 2001). O país está amarrado às especulações e flutuações do dólar norte-americano. Em resumo, a dolarização foi uma política desastrosa arquitetada sob a égide da ideologia neoliberal para beneficiar o capital financeiro transnacional e as classes dominantes.

Com a conversão do sucre para o dólar, aumentou-se ainda mais a dependência econômica do país junto ao eixo norte. Com o processo de privatização de setores estratégicos do Estado, a burguesia internacional petrolífera – por meio das grandes corporações –, aproveitou-se da abertura econômica e fincou os dentes nos recursos naturais equatoria-

¹ Outros países que usam o dólar na América Latina são El Salvador e Panamá. O primeiro também passou pelo processo de dolarização de sua economia concomitantemente ao Equador,

² Ver Anexo VIII com as remessas de emigração do país.

nos. Época de riqueza privada para as classes dominantes ligadas ao capital estrangeiro e pobreza pública para as classes oprimidas.

Passados alguns anos, Rafael Correa assumiu a presidência no Equador. A acessão desse governo foi em resposta às dramáticas consequências das políticas neoliberais ligadas ao *imperialismo*.³ Desemprego, recessão, aumento da pobreza, exclusão, altas taxas de emigração e corrupção caracterizaram o cenário equatoriano durante a virada do século XX para o XXI. O país mergulhou em um profundo descrédito com a política institucional ligada à velha estrutura de partidos, e os movimentos sociais ganharam magnitude, reivindicando melhores condições de vida às classes oprimidas equatorianas. O movimento indígena, por exemplo, foi agente protagonista nesse processo de luta contra o neoliberalismo e denuncia políticas imperialistas aplicadas em território andino.

Nesse contexto, o Equador comemorou em janeiro de 2012 cinco anos de governo Rafael Correa. Depois de uma série de presidentes que, ao longo de uma década, nem puderam terminar seus mandatos por repúdio das classes oprimidas ou por escândalos de corrupção, Correa, mesmo passando por um momento de turbulência em setembro de 2010, conseguiu uma estabilidade que nenhum outro presidente havia alcançado na história recente do Equador. Tudo tende para a conclusão de seu mandato e reeleição.

Desde 2000 – de forma similar à Bolívia –, sucessivos governos neoliberais foram derrubados pelos movimentos sociais no Equador.⁴ O último deles, o de Lucio Gutierrez, militar que apoiou os levantes populares anteriores pela queda Jamil Mahuad. Gutierrez participou do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e foi apoiado pela esquerda juntamente com um conjunto de movimentos sociais. Triunfou. Porém, antes mesmo de tomar

³ O conceito de imperialismo aqui tratado será aquele já exposto por Lenin (2005) em *O imperialismo: fase superior do capitalismo*.

⁴ Os presidentes que tiveram seus mandatos destituídos foram: Bucaram (1997), Jamil Mahuad (2000) e Lucio Gutiérrez (2005).

posse, foi aos EUA e renunciou a tudo o que havia prometido, assinando vários convênios com o governo George W. Bush.

A esquerda imediatamente lhe retirou o apoio e passou a fazer-lhe dura oposição. O movimento indígena edificado em torno da CONAIE dividiu-se, oficialmente se retirou, mas alguns dos ministros indígenas permaneceram no governo (Sader, 2012; Gallegos, 2011).

A oposição desnorteada desta vez não foi dirigida pelos movimentos indígenas, mas por movimentos populares urbanos e de cidadania, que terminaram também por derrubar Lucio Gutierrez. Nesse movimento, destacou-se Rafael Correa, que havia estado brevemente no primeiro momento do governo de Gutierrez, mas, após a traição de Gutierrez, rompeu e passou a liderar a oposição.

Há seis anos, Correa chegava à Presidência da República do Equador e declarava em seu discurso de posse que o país “saía das trevas do neoliberalismo” (Tamayo, 2006). E o Equador se somou ao grupo de governos progressistas eleitos na América do Sul: Hugo Chávez na Venezuela (1998), Lula no Brasil (2002), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Evo Morales na Bolívia (2005) e Fernando Lugo no Paraguai (2008). Segundo Hidalgo (2008, p.2), “a América Latina, atualmente, é uma região em erupção”.

Em um ano de governo, foi convocada a Assembleia Constituinte e passou-se à construção de um Estado que se apresenta como republicano, multiétnico, multicultural, cidadão. Com a nova Carta Magna devidamente sancionada, o processo de transformações liderado por Correa passou a chamar-se “Revolução Cidadã”. A organização do projeto girava em torno de seu novo partido, o *Alianza País*, juntamente a uma coalizão de partidos aliados no Congresso e notória parte dos movimentos sociais urbanos (Gallegos e Mintegiaga, 2007).

Esse percurso de mudanças no país andino – como o de todos os governos progressistas da América Latina – privilegia as políticas sociais, e não o ajuste fiscal, valoriza os processos de integração regional e um Estado ativo, indutor do crescimento econômico com garantia dos direitos sociais, não o Estado mínimo, que renuncia em favor do livre-mercado. Correa, mesmo em sua campanha presidencial, foi um forte entusiasta da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e favorável ao fortalecimento de acordos bilaterais com a Comunidade Andina das Nações (CAN) em detrimento das políticas relacionadas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial (BM). Anunciou que seu governo estaria em consonância com a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e com a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em vez das políticas-econômicas ditadas pelo consenso de Washington.

Além disso, o governo retomou os investimentos básicos – como estradas, energia, portos e infraestrutura em geral –, que permitiram retomar o dinamismo na economia equatoriana (Prensa Latina, 2010). Em 2008, a economia, apesar das pressões externas negativas – diminuição do crédito internacional e variações dos preços do petróleo –, cresceu 7%,⁵ um dos índices mais altos, senão o mais alto de toda a América Latina.

No plano participativo, o governo mantém um mecanismo de consultas populares, que submete ao povo, seja a convocação da Assembleia Constituinte, que refundou o Estado, até seus resultados bem como orientações centrais de políticas – como a reforma do Judiciário, questões de segurança pública, entre outras. A ideia fundamental é intensificar e conscientizar a democracia participativa.

Segundo Sader (2012), com certeza Rafael Correa será reeleito presidente no próximo ano, ficando aberta apenas a questão do nível da maioria parlamentar que obterá. A oposição da direita tradicional – que congrega as *classes dominantes* ligadas ao capital

⁵ Vide anexo II deste trabalho.

financeiro especulativo transnacional, as grandes corporações multinacionais do petróleo, os latifundiários da região serrana e os agroexportadores da costa⁶ – tenta reestruturar-se e alinhar-se com setores da ultraesquerda, apoiados em grupos radicalistas do movimento indígena. Tentam frear e colocar fim ao projeto encabeçado por Rafael Correa.

O Equador se transformou como nunca nestes cinco anos que se passaram. Rafael Correa e seu partido Alianza País tentam canalizar ainda mais forças para o projeto da “Revolução Cidadã”.

Contudo, em que consistem as estruturas da chamada “Revolução Cidadã”? Seria ela, de fato, um movimento revolucionário? De esquerda? Autoritário e opressor? Como podemos caracterizar tal projeto político? Uma espécie de neodesenvolvimentismo, conforme apontado por Almeida (2008, 2012) e Boito Junior (2012)? Anti-imperialista? Anti-neoliberal? Ela contribui para a construção do chamado “Socialismo do século XXI” já assinado por Boron (2010), Chávez (2004) e Stefan (2012)?

Por fim, indo ao cerne deste trabalho, quais são as bases de sustentação da “Revolução Cidadã”? Estaria ela conectada aos movimentos sociais? Há um processo de cooptação dos movimentos indígenas no interior da máquina burocrática do Estado? Quem são os agentes dos movimentos sociais equatorianos que apoiam ou reprovam o atual governo? Quais são as críticas e o papel da esquerda perante a “Revolução Cidadã”?

Nesse sentido, a presente dissertação examinará as relações entre os movimentos sociais equatorianos e chamada “Revolução Cidadã” ao longo desses cinco anos iniciais do governo Rafael Correa.

Com amparo teórico nas obras de Marx (1996, 2005), Poulantzas (1986) e Mariategui (1974, 2005), será examinado, no primeiro capítulo, o programa neoliberal em território equatoriano. Será analisada a dolarização do Equador, as grandes corporações do petró-

⁶ Para análise das classes dominantes no Equador usaremos o conceito de *Bloco no Poder* de Nicos Poulantzas (1986).

leo e o desmonte do Estado nacional, estudando-se os ciclos históricos do país. Para isso, serão considerados importantes autores que interpretam a realidade equatoriana, tais como Augustin Cueva (1997), Ayala Mora (1992), Davalos (2006) e Acosta (2005). Além desses, para maior compressão dos fatos na América Latina, será utilizado o referencial de autores como Marini (2000), Anderson (1995), Galeno (2010) e Boron (1996).

No segundo capítulo, será evidenciada a configuração dos movimentos sociais equatorianos, destacando-se sua capacidade organizacional, lutas, demandas e resistências. Será feito um mapeamento da articulação e atuação dos movimentos sociais equatorianos com base nas leituras de Ycaza (1991), Quijano (1967), Moreano (1976, 2011), Gallegos (2011) e Ospina (2010, 2011).

Por fim, respaldados nos textos de Napoleon Saltos (2007,2011), Rene Baez (1980), Natalia Sierra (2009) e Mario Unda (2011), discutiremos as propostas e políticas executadas pela “Revolução Cidadã” nos últimos cinco anos, visando o envolvimento dos movimentos sociais nesse projeto. O projeto em curso pode ser considerado uma proposta contra hegemônica?

Em resumo, será explanado o que foi o governo Rafael Correa com extenso balanço de seu mandato e sua relação com os movimentos sociais. Pretende-se ressaltar que os avanços conquistados nos últimos anos foram frutos de lutas e resistências dos movimentos de esquerda.

CAPÍTULO I: DOLARIZAÇÃO, MONOPÓLIOS DE PETRÓLEO E SUBDESENVOLVIMENTO: A POLÍTICA NEOLIBERAL IMPLEMENTADA NO EQUADOR.

A República do Equador, com sua população girando em torno de 14 milhões de habitantes, apresenta-se no âmbito global como uma nação borbulhante de povos e culturas na formação de seu seio social. A grande diversidade de povos e nações é sua potencialidade: o Equador reconhece, atualmente, a existência de treze nacionalidades e catorze povos indígenas originários – algo que representa em torno de 50% a 60% de sua população total (Conaie, 2012). De acordo com um estudo realizado em 2008 pela Universidade de Brasília (UnB), a composição da população do Equador é a seguinte: 64,60% de contribuição indígena, 31,10% europeia e 4,40% africana.⁷ O país também é rico em sua biodiversidade. Cortado pela linha do Equador e atravessado pela cordilheira dos Andes, o Equador possui regiões costeiras, andinas, além da floresta amazônica ao sudeste de seu território. Com vastas bacias aquíferas, estendendo-se também no Oceano Pacífico por meio das ilhas vulcânicas de Galápagos, o país conta com riquíssima variedade de fauna e flora.

Assim como em outros países latino-americanos, a história equatoriana é fortemente marcada pela *colonização europeia* e por seu papel periférico na divisão internacional do trabalho do sistema capitalista. Durante o período de colônia, a exploração de toda a sua estrutura econômica foi alicerçada para suprir os mercados exteriores, baseando-se, principalmente, em produtos agrícolas de baixo custo e altamente suscetíveis às volatilidades do mercado,⁸ além de ter sua base agrícola sob o esquema do latifúndio (*hacienda*) como meio de sua produção.

Tais condições marcam até hoje os caminhos da população equatoriana. Com uma

⁷ Disponível em: <http://bdttd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3873>.

⁸ Os historiadores e economistas dividem os ciclos econômicos equatorianos pré-petróleo em dois períodos: Ciclo do Cacau (1860-1914) e fase da Bananicultura (1940-1960).

das maiores taxas de desigualdade entre ricos e pobres do mundo, desemprego sempre em patamares elevados, parque industrial incipiente e economia extrativista baseada em produtos agrícolas, o Equador pode ser considerado um dos países mais pobres da região. Pautado por uma economia primária, que se concentra principalmente na extração de petróleo,⁹ o país sofre com baixos índices de desenvolvimento e altas taxas de pobreza, miséria e exclusão de renda. Segundo Davalos (2006), os 20% mais ricos da população detêm 50% da riqueza nacional; enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 2%. Segundo a ONU (2005), o IDH equatoriano é apenas o vigésimo em comparação aos demais países da América Latina (0,759).

No entanto, como explicar seu subdesenvolvimento?

1.1 Estrutura de classes e dominação étnica

A resposta para pergunta acima é complexa e passa por um conjunto de reflexões que têm como base a dominação de classes e suas frações ao longo da história política equatoriana. Primeiramente, o reconhecimento de direitos políticos e da “cidadania” dos analfabetos (na maioria, indígenas) veio tardiamente. Mariátegui, em seu ensaio *Sete ensaios sobre a realidade peruana* (1975), diz que a independência sul-americana foi “inspirada e movida pelos interesses da população crioula e, ainda, da espanhola, muito mais do que pelo interesse da população indígena”. No ensaio *Problema do índio*, o mesmo autor diz que “a República significou para os índios a ascensão de uma nova classe dominante que, sistematicamente, se apropriou de suas terras”. (Mariátegui, 1975, pag. 9, 29-30). A dominação de classes e expropriação de terras continuadas ao longo dos anos traduz-se em dados: na região andina, onde se encontra a maior parcela de população indígena, 90 % dos

⁹ O Equador possui importantes reservas de petróleo que respondem por cerca de 40% das exportações do país e por 1/3 das receitas do governo há vários anos.

índios são pobres, enquanto 32,5 % dos brancos encontram-se na mesma situação de pobreza. A miséria no Equador, portanto, tem cor. (Acosta & Martinez, 2009).

Somente em 1998, com a aprovação da 19.^a constituição do país, reconheceram-se os direitos coletivos (voto) dessas nacionalidades. De acordo com Acosta (2005), essa constituição consolidou também uma série de dispositivos que facilitaram a privatização de setores-chave do Estado, possibilitando assim um avanço no programa neoliberal latino-americano que perpassou pela região durante toda a década de 1990. Tal constituição e os governos neoliberais seguiam os ditames do Conselho de Washington e do Banco Central:

- Disciplina fiscal
- Redução dos gastos públicos
- Reforma tributária
- Juros de mercado
- Câmbio de mercado
- Abertura comercial
- Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições.
- Privatização das estatais
- Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas)
- Direito à propriedade intelectual

O programa neoliberal no Equador intensificou-se com o passar dos anos nos governos Sixto Durán Ballén (1992-1996), Abdalá Bucaram Ortiz (1996-1997), Fabián Alarcón Rivera (1997-1998), Jamil Mahuad Witt (1998-2001), Gustavo Noboa (2001-2003) e Lucio Gutiérrez (2003-2005). O pretexto alegado era o famoso “(re)ajuste” econômico que visava um melhor funcionamento da máquina burocrática e o equilíbrio das contas públicas. Perry Anderson (1995) caracteriza o momento de ascensão dos governos neoliberais na América Latina:

A virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Pérez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes (ANDERSON, 1995, p. 20-21).

O neoliberalismo foi assim acolhido com grande entusiasmo pelas burguesias do hemisfério sul. Chile, México, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e, por fim, o Brasil, um a um, todos os governos latino-americanos foram aderindo ao novo modelo proposto pelas classes dominantes.

Como salienta Eduardo Galeano (2010), o papel da América Latina no interior da divisão internacional do trabalho sempre foi fornecer mão de obra, bem como matérias-primas para o desenvolvimento do chamado centro econômico ligado ao eixo norte do sistema capitalista.

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. [...] A região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais que a América Latina ao produzi-los. Os impostos que cobram os compradores são muito mais altos do que os valores que recebem os vendedores (GALEANO, 2010, p. 17).

Como ressalta Ricardo Antunes (2012), a América Latina sempre foi “o continente do labor”. Nessa mesma perspectiva, Ruy Mauro Marini (2000) destaca que o território latino, desde sua colonização, foi alvo da *superexploração do trabalho*. O Equador não fugiu à regra. A velha estrutura de classes herdada do modelo colonial agravou ainda mais as desigualdades sob o impulso do neoliberalismo das décadas de 80 e 90.

O modelo neoliberal do sistema capitalista foi tão visceral que levou o país à dolarização. Em 2000, sob o comando do então Presidente Jamil Mahuad Witt, o Equador deixava de fazer política monetária: o sucre foi substituído pelo dólar norte-americano, acorrentando a economia equatoriana às flutuações do mercado especulativo. Fernandes (2007) afirma que, “ao abandonar uma instituição fundamental como a moeda, talvez o Equador tenha cometido a pior loucura da sua história”.

O mesmo caminho que arrastou o Equador à tragédia da dolarização é muito semelhante ao que levou às crises financeiras no México em dezembro de 1994, no Brasil em janeiro 1999 e na Argentina em dezembro de 2001. É possível situar seu início em 1992 quando, no governo Sixto Durán Ballén, o Equador adotou um plano de combate à inflação que utilizava a taxa de câmbio como âncora nominal. No geral, o esquema seguiu os mesmos mecanismos que outras economias latino-americanas: altas taxas de juros com câmbio valorizado. Soma-se a isso um programa de reforma do Estado harmonizado com todas as recomendações do FMI do Banco Mundial (FERNANDES, 2007, p. 1).

Gilberto Maringoni (2010) também comenta o processo de crise no país que levou os equatorianos a trocarem, venderem e negociarem com cédulas que homenageiam figuras como George Washington, Benjamin Franklin e Abraham Lincoln.

A degradingolada adentrou a década de noventa, com sucessivas crises no balanço de pagamentos, fugas de capitais e uma verdadeira overdose de medidas ortodoxas, como a elevação da taxa de juros doméstica, privatizações e desregulamentações. Uma contínua queda dos preços do petróleo completaria a espiral descendente. No início de 1999, a crise manifestou-se no setor bancário. A sucessão de desarranjos atingiu a própria legitimidade do sistema político. A dolarização realizada no início do ano seguinte pelo governo Jamil Muhuad (1998-2000) representou uma medida desesperada para conter a hiperinflação e colocar a casa em ordem. Ela foi acompanhada por uma nova rodada do receituário liberal: corte de gastos, aumento de combustíveis e redução de orçamentos sociais. Apesar de estabilizar os preços, a iniciativa implicou abrupta contratação monetária com consequências devastadoras. O Banco Central perdeu sua função. O meio de circulação passou a vir de fora. (MARINGONI, 2010, p. 14-15)

Vale ressaltar que a dolarização foi muito festejada pelas classes dominantes branca equatoriana que já carregava em suas carteiras grande quantidade de dólares: em 1999, 53,7% dos depósitos no sistema bancário equatoriano estavam denominados em moeda estrangeira. Para as classes mais pobres, a dolarização representou uma perda da capacida-

de de consumo e perda de renda¹⁰. O economista Alberto Acosta (2005) comenta os efeitos do neoliberalismo no país:

Na verdade, em 1999 o Equador sofreu o retrocesso econômico mais severo da América Latina. Avaliado em dólares, o PIB caiu 31% entre 1998 e 2000, passando de 19.710 milhões a 13.649 milhões, tendo chegado a 13.770 milhões em 1999. O PIB per capita caiu 33% entre 1998 e 2000, passando de 1.619 dólares para 1.079. Em 1999 a política econômica provocou uma desvalorização de 216%, uma inflação de 52%, uma queda de 23% no salário real e uma evasão de capitais privados da ordem de 15% do PIB. Segundo a UNICEF, o Equador sofreu o empobrecimento mais acelerado na história da América Latina. Entre 1995 e 2000, o número de pobres duplicou, de 3,9 a 9,1 milhões, crescendo em termos percentuais de 34% para 71%. A pobreza extrema também dobrou, de 2,1 para 4,5 milhões de pessoas: em termos percentuais, um saldo de 12% para 35%. A porcentagem de crianças vivendo em lares atingidos pela pobreza aumentou de 37% para 75%. A despesa social per capita diminuiu em cerca de 22% na educação e 26% na saúde. Na virada do século houve uma emigração maciça de equatorianos, estimada em cerca de trezentas mil pessoas (há quem fale em quinhentas mil), fato que incidirá profundamente na vida econômica, social e política do país. (ACOSTA,2005, p. 182-183)

As medidas neoliberais dos sucessivos governos geraram uma crise de dívida externa que até hoje assombra as classes oprimidas. A dívida maldita. Impagável. Com tantas dívidas contraídas junto ao mercado externo, mal sobram recursos para o investimento em programas sociais e políticas para redução da desigualdade. Até pouco tempo, metade do orçamento nacional era destinado ao pagamento da dívida¹¹. Essa conta assumida por governos ilegítimos e autoritários faz com que faltem investimentos públicos e sociais para as necessidades primárias do país (escolas, hospitais, moradia, etc.).

De qualquer maneira, para entender a ascensão do presidente Rafael Corrêa à Presidência da República e a posterior instauração de uma nova Constituição, faz-se necessária uma análise histórico-política do processo de dominação de classes no Equador. Devem-se levar em consideração, principalmente, os movimentos sociais do país que tiveram um enorme protagonismo nas mudanças políticas. Em especial, o movimento indígena organizado no

¹⁰ Ver indicadores de pobreza no Anexo VII deste trabalho.

¹¹ Vide Anexo IV e V.

interior da CONAIE, em que muitos o consideram como o maior movimento indígena sul-americano.

Para compreendermos, então, o desenrolar da crise de legitimidade das instituições durante o neoliberalismo e a posterior elevação de um frescor de mudança, com a culminância da promulgação de uma nova Constituição (2008), contendo novos paradigmas, exporemos, mais especificamente, o período que vai desde o golpe militar de 1972 até os nossos dias, visando assim remontar historicamente partes consideradas fundamentais para o nascimento de um movimento indígena organizado e o reconhecimento da República do Equador como um estado plurinacional.

1.2 Ditadura militar, Formação do Estado Equatoriano e a configuração do Sistema Político.

Em 1972, um golpe militar deu início a um período conturbado de ditadura. O fim, com o “retorno” à democracia, só ocorreu em 1979. Mais de uma dúzia de presidentes ocuparam o executivo desde o golpe até 2005, o que dá ideia da profunda crise e descrença da política institucional na política equatoriana. Desde a chamada retomada da democracia, o sistema político tem respondido, fortalecendo a instância do regime presidencialista centralizador, no qual o Presidente da República detém a centralização das decisões, poder de veto, pouca transparência e mecanismos sociais de prestação de contas muito restritos.

A política institucional equatoriana caiu em um profundo descrédito. A falta de legitimidade das instituições e partidos, bem como de toda a classe política, levou a inúmeros levantes populares ao longo dos últimos anos. Levantes indígenas foram registrados em 1990 e 2005. A democracia representativa liberal mostrava seus sinais de vulnerabilidade, e a convivência dos interesses das classes dominantes ligadas ao capital petrolífero transnacional no meio político gerou amplo desgaste e desconfiança dos cidadãos em relação à representação política.

Tal sistema político foi arquitetado entre 1978 e 1979 sob o regime militar. Intitulado *Plano Nacional de Reconstrução Jurídica do Estado*, o novo sistema político propunha-se a modernizar os partidos e as instituições, tentando evitar que possíveis populismos e outras formas de dominação de cunho patrimonial desenvolvessem-se. A preocupação era que as velhas classes ligadas ao poder ganhassem nova vitalidade e modernizassem-se, evitando, assim, caciquismos ou o sistema de *hacienda*. De acordo com Davalos (2006), a reforma jurídica visava buscar um sistema eleitoral mais ideológico e pragmático, em que uma nova classe política, desvinculada dos interesses patrimoniais, ainda preservava (ou preserva) relações pré-capitalistas, por exemplo, o trabalho semiescravo nos Andes.

Na verdade, a reforma militar já trazia consigo elementos neoliberais, uma vez que recorria ao capital externo para modernização das obras de infraestrutura. Empréstimos e mais empréstimos. O capital estrangeiro como salvador da pátria. Como em toda ditadura latino-americana, além das torturas, mortes, censura e perseguição, algumas questões chaves não foram resolvidas, tais como reforma agrária, distribuição de renda e investimento em tecnologias próprias para que se pudesse diversificar sua economia.

Os novos partidos surgiram, assim, como fruto do processo de “redemocratização” (1979). A socialdemocracia ganhou espaço político próprio, sendo representada pela Esquerda Democrática (ED). Algo similar aconteceu com a democracia cristã, cujo maior representante foi o partido Democracia Popular (DP). Nessa mesma linha, o Partido Social Cristão (PSC) foi reformulado, levando a cabo os interesses políticos direitistas da *hacienda* equatoriana (serra) e, posteriormente, as vontades dos burgueses exportadores de Guayaquil – Costa (Ayala Mora, 1992).

A esquerda, por sua vez, era representada por três vertentes: Partido Socialista Equatoriano (PSE); Partido Comunista Equatoriano (PCE) e o Movimento Popular Democrático (MPD). Este último como uma dissidência do PCE. Coalizões entre a esquerda fo-

ram feitas com o intuito de frear a ditadura. A União Democrática Popular (UDP), que mais tarde se transformaria em Frente Ampla de Esquerda (FADE), apesar das dificuldades, tentava combater o sistema político vigente até então (Ayala Mora, 1992).

O novo cenário político equatoriano, resultante de um Estado Autoritário, produziu um forte descompasso na chamada questão regional. Um problema que permanece mal resolvido até os dias de hoje é a formação de uma burguesia nacional equatoriana. Décio Saes (2001) discute a transitividades do Estado Burguês no mundo ocidental e a formação de um projeto hegemônico dominante em seu cerne. Destaca que, muitas vezes, a correlação de forças tende a concentrar-se nas forças armadas devido às contradições a respeito desse projeto hegemônico no interior do aparelho repressivo.

As variações na forma do Estado burguês correspondem a mudanças na relação de forças dentro do aparelho de Estado lato sensu: isto é, a relação de forças entre o conjunto dos ramos propriamente burocráticos desse aparelho (administração civil, polícia, Exército, justiça etc.), de um lado, e um órgão de representação propriamente política (Parlamento), de outro lado. A forma ditatorial (em sua variante militar, que predomina historicamente e é a que nos interessa aqui) de Estado Burguês consiste na monopolização, pela burocracia, de toda capacidade decisória propriamente estatal (...), em detrimento do órgão de representação política (Parlamento); e implica além do mais, ascendência das Forças Armadas sobre os ramos civis no seio da burocracia (SAES, 2001, p. 34-35).

Se analisarmos a história política do país, é possível identificar frações burguesas que geralmente possuem interesses distintos. O pensamento liberal ao longo do tempo foi defendido pelos agroexportadores da costa, enquanto o pensamento conservador era veementemente profanado pelas vontades da *hacienda* serrana. Davalos (2006) comenta essas duas figuras centrais no jogo político equatoriano:

Sob a lógica desse sistema *hacienda*, reminiscência dos tempos de colônia e matriz originária do poder no Equador, havia se articulado o sistema político-econômico que produzira as duas figuras políticas responsáveis por dirigir a República até a modernização: o oligarca da costa e o cacique da serra (DAVALOS, 2006, p. 475).

Em seu livro, *O Socialismo no Século XXI*, Boron (2010) destaca que, na maioria dos países latino-americanos, sempre houve um capitalismo nacional sem uma “burguesia

nacional”, isto é, uma burguesia hegemônica progressista capaz de levar consigo lutas para autonomia e independência nacional. É o típico caso equatoriano. Diversos autores, como Alberto J. Pla (1971) examinam comparativamente a problemática da burguesia nacional na América Latina, concluindo pela inexistência na região. Outro trabalho interessante é de Schavarzer (2004, p.37), em que ele abre uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma burguesia que transcenda o empresariado na luta contra o imperialismo, agregando também em seu projeto “os intelectuais, os funcionários públicos, os políticos e as outras camadas sociais dispostas a acompanhá-la”.

De qualquer maneira, com esta reforma no plano jurídico, os partidos que dominavam o âmbito nacional – os *liberais*, que representavam a burguesia da costa, e os *conservadores*, representantes da *hacienda* serrana – já não eram os únicos a disputar as eleições. Novos partidos políticos, à procura de votos da incipiente classe média, multiplicam-se, criando novos atores no sistema político equatoriano.

Entretanto, como já exposto por Engels (1980), o Estado liberal nada mais é do que um dispositivo de organização dos interesses políticos das classes dominantes. Ele existe exatamente para perpetuar a dominação de uma classe.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado para amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é Estado. (...) O Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe econômica dominante, da classe que, por intermédio dele, se converte também em classe política dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1980, p. 191- 193).

Nessa mesma perspectiva, Lenin (1978) complementa:

O Estado tem precisamente o papel de conciliar as classes. Segundo Marx, o Estado é produto e a manifestação do fato que as contradições de classes são incon-

ciliáveis. O Estado surgiu aí no momento e na mesma medida em que, objetivamente, as contradições de classes não podiam ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (...) o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito de classes (LENIN, 1978, p. 140-141).

O teórico grego marxista Nicos Poulantzas, em seu livro *Poder político e classes sociais* (1986), destaca a ideologia do Estado burguês, alegando que não existe o “Estado de todo o povo”, mas sim um “Estado de Classe” formado pelo chamado “bloco do poder”.

O Plano de Reestruturação Jurídica do Estado nada mais foi do que uma tentativa de modernização burguesa para alavancar o capitalismo industrial equatoriano. Além disso, a contração de dívidas¹² junto aos mercados externos fez com que o Equador ocupasse a posição de país exportador de petróleo na divisão internacional do trabalho para fomentar o crescimento do Império norte-americano. Os grandes beneficiários da reforma jurídica do Estado foram, principalmente, os oligarcas exportadores da costa, o capital financeiro transnacional e uma burguesia petrolífera ligada às empresas multinacionais do petróleo¹³ (Texaco, Gulf, Anglo Ecuadorian Oilfields Ltd., Ecuador Oilfields Ltd., Carolina Oil Company, International Petroleum Company, Concepción Ecuadorian Oilfields Ltd. e Petropolis Oil Company).

Na década de 1970 o Equador entrou em cheio no mercado mundial, como poucas vezes na sua história – não porque tivesse havido uma mudança qualitativa na sua condição de exportador de produtos primários: banana, cacau, café, etc., mas pelo aumento da receita da exportação de petróleo. A exploração do óleo cru revitalizou a economia do país. Vale lembrar que a exportação total cresceu de menos de 190 milhões de dólares em 1970 para 2.500 milhões em 1981, um aumento de mais de treze vezes. Desse modo ganhou força a participação do Equador dentro da lógica globalizante do capitalismo internacional: o país se tornou mais atraente para os investidores e especialmente para os bancos estrangeiros, precisamente pela sua riqueza petrolífera, que lhe dava a imagem de “novo rico” (ACOSTA, 2005, p. 115).

¹² Para a história da dívida externa equatoriana, ver ACOSTA, Alberto. *La deuda eterna: una historia de la deuda externa ecuatoriana*. 4. ed. Quito: Libresa, 1994. (Colección Ensayo.).

¹³ Para pesquisas sobre a relação do petróleo no Equador ver: BOCCO, Arnaldo. *Auge petróleo, modernización y subdesarrollo: el Ecuador de los años setenta*, Quito: FLACSO e Cooperación Editora Nacional, 1987. DORYAN GARRÓN, Eduardo; LÓPEZ CASTRO, Grette. *Transición hacia una economía no petrolera en Ecuador: retos y perspectivas*. Quito: INCAE, 1993. SIERRA C., Enrique. *Ecuador, Ecuador: tu petróleo! tu gente!* Quito: Edidac, 1996.

1.3 *Su Petróleo!* O Estado petroleiro a serviço do setor privado: a formação da burguesia petrolífera.

Parecia que o petróleo levaria às portas do paraíso. O Equador, de pobretão vendedor de banana, passaria ao novo-rico petroleiro. Todavia, como aponta Acosta (2005), o mercado petroleiro ficou a serviço do setor privado. Em linguagem clara, os investidores estrangeiros receberam mais do que trouxeram para a capitalização do país. A tentativa de industrialização não modificou as relações de poder, muito menos o padrão tradicional da acumulação primário-exportadora.

Segundo Acosta (2005, p. 111), “foi um esforço associado e subordinado à lógica do capital externo, que orientou o sistema produtivo para satisfazer as necessidades de grupos minoritários da população”. Em Guayaquil, a indústria superou a atividade industrial da Serra. Quando iniciou o apogeu do petróleo, em 1974, a população do Equador aproximava-se dos 6,5 milhões, dos quais uma maioria relativa (48,8%) vivia na Costa. A Serra, que perdera a sua hegemonia demográfica, representava 48,2% da população. Entre 1962 e 1974, registrou-se a maior taxa anual de crescimento demográfico: 3,27%.

A bonança motivada pelo petróleo, trazendo a maior quantidade de divisas já recebidas pelo país até aquele momento, surgida de forma maciça e relativamente inesperada, acumulou-se sobre as estruturas existentes e reproduziu, em maior escala, grande parte das antigas diferenças sociais e econômicas. O salto quantitativo levou o Equador a outro nível de crescimento econômico, mas, como não houve uma transformação qualitativa correspondente, em pouco tempo se cristalizou no “mito do desenvolvimento” (Acosta, 2005).

O período petrolífero caracterizou-se pelo crescimento marcante da demanda interna, ou seja, do consumo nacional, assim como pela formação bruta de capital fixo com a disponibilidade de equipamentos, máquinas e outros instrumentos de produção. Nesses

anos, foram construídas obras importantes de infraestrutura. No setor de petróleo, o Oleoduto Transequatoriano, a Refinaria Estatal de Esmeraldas, o Poliduto Esmeraldas-Quito-Ambato, o Poliduto Shushufindi-Quito, estações de armazenagem e emissão; no setor de geração elétrica, as represas de Paute, Pisayambo e Agoyan. Deveríamos incluir também nessas obras os grandes reservatórios hídricos de Poza Honda e La Esperanza. Mais tarde, quase vinte anos depois do apogeu do petróleo, seria concluída a construção da represa Daule-Peripa (Acosta, 2005).

Não obstante, embora o país tenha crescido em termos econômicos e progredido na sua estrutura básica, muitos problemas ficaram sem solução, e outros se agravaram em razão do mesmo “facilismo financeiro” reinante na época. Por exemplo: os grandes excedentes de recursos em mãos do Estado contribuíram para atrasar as mudanças necessárias na estrutura tributária, cuja pressão permaneceu muito fraca. Graças à bonança do petróleo, entre 1972 e 1981, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 8%, com índices espetaculares em alguns anos.

A taxa média anual de expansão da indústria foi de 10%, enquanto o produto por habitante aumentou de 260 dólares em 1970 para 1.668 dólares em 1981. Entre 1973 e 1980, o Equador registrou um crescimento *per capita* de 3,3%, o maior em todo o século XX, novamente superior à média do grupo de países latino-americanos mencionados anteriormente (2,3%), ao crescimento dos países ibéricos (1,4%), dos Estados Unidos (1,0%) e dos países desenvolvidos em geral (1,8%). O Brasil superou a taxa do Equador, alcançando 4,6%, embora o seu crescimento tenha sido inferior ao dos três países asiáticos indicados (5,4%) (Hofman, 1992).

Assim, posteriormente ao Plano de Reestruturação Jurídica do Estado e com a crise do petróleo nos anos 80, o Estado equatoriano recai em uma profunda crise político institucional, “onze presidentes – sete eleitos e o restante de transição ocupam o poder desde o

golpe até 2005” (Davalos, 2006, p. 478). O endividamento externo e interno crescentes, a baixa no preço das *commodities*, a queda do preço do petróleo, as dificuldades da indústria local, as volatilizações cambiais, a diferença crescente na comparação da renda entre pobre e ricos e o desrespeito aos anseios das comunidades e organizações fora do *status quo* são quase uma constante no período, criando nas classes oprimidas um sentimento de inconformismo crescente com seus representantes. O *boom* do petróleo também se encerrou e com ele um período de austeridade. Além disso, desastres naturais destruíram a pouca infraestrutura de algumas cidades. Piorando ainda mais, o conflito com o Peru se intensificou. Acosta (2005) explica melhor alguns elementos da crise equatoriana: “[...] podem-se destacar inundações (1982-3, 1997-8), secas, terremoto (1987), queda dos preços do petróleo (1982-3, 1986, 1997-8), conflito bélico (1981, 1995), crise financeira internacional (1997-8)”.

É evidente que os aspectos citados devem incorporar os problemas estruturais existentes do próprio sistema capitalista e a ideologia neoliberal.

Na década de 80, a situação do país só se agravava, a indústria local incipiente recebe um duro golpe no ato da assinatura da carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado para ajudar economias de países em crise. A cartilha que deveria ser seguida para receber esta “ajuda”, entretanto, era um sem-fim de desregulações econômico-estatais, as quais retiravam do Estado o controle soberano de suas ações na *infraestrutura* de seu país, delegando ao poder econômico o livre controle dos mercados.

O Equador sempre recorreu, em várias oportunidades, ao financiamento do Banco Mundial, cujos empréstimos para “ajuste estrutural” e “ajuste setorial” foram instrumentos poderosos de promoção do neoliberalismo, agravando até mesmo os seus efeitos (ACOSTA, 2005, p. 156).

Diante disso, os setores rurais, que dominavam o movimento político até a reforma

política da década de 70, dão lugar a uma fração dominante, o capital especulativo financeiro, nascido do tenro crescimento econômico e providas, tantas vezes, do controle de partes importantes do setor de serviços. Os partidos agora funcionavam como instrumentos de manipulações dessas novas classes dominantes, e, mais uma vez, grande parte da população encontrava-se sem um representante para sua voz. O interesse político decaía cada vez mais e a crise de legitimidade dos novos atores políticos incorria nos mesmos erros dos antigos legitimadores do sistema *hacienda*.

1.4 Os governos neoliberais.

Já na década de 90, a política neoliberal equatoriana atinge seu ápice. No governo Sixto Durá Ballém (1992-1996), aprova-se a *Lei de Modernização do Estado*, que pretende uma completa desregulamentação estatal e uma política de privatização total da máquina estatal. Os mercados bancários foram desregulamentados, e assim entrava o Equador no vasto mundo capitalismo financeiro, entregue à mercê e vontade dos mercados.

Essa “carta” foi além dos tradicionais objetivos de curto prazo. Nela o governo revelou o conteúdo real da “modernização” do Estado, ao propor a privatização das telecomunicações, do petróleo e do setor elétrico, assim como a reforma do sistema de seguridade social, do mercado de trabalho e das leis trabalhistas, comprometendo-se ainda a modificar alguns aspectos da lei que regulamentava o regime monetário, pondo em vigor a lei que liberalizava a ação das entidades financeiras (ACOSTA, 2005, p. 171).

As classes dominadas sentiam na pele os reflexos da política econômica implementada, os salários pulverizavam-se no ritmo da desvalorização cambial, o poder de comprar esvaía-se com a inflação crescente, o Estado, comprometido no pagamento de suas obrigações, empenhava quase a totalidade de sua capacidade de investimento no ato de honrar seus compromissos com os credores externos e internos, já que sem eles era “impossível” a manutenção da infraestrutura implementada. Um sistema de “bancocracia”. A recessão econômica era iminente. No início do ano de 1999, no governo de Jamil Mahuad, a desre-

gulamentação dos mercados financeiros no Equador manifestou-se sob a forma de uma forte onda especulativa sobre a moeda nacional, inteiramente desvalorizada, a sede pelos dólares era crescente e o contrair de novas dívidas pelo Estado e pelas instituições financeiras era inevitável. O mercado local ficara insolúvel, uma crise cíclica pairava sobre o povo equatoriano.

Em janeiro de 1999, a relação entre a moeda nacional e o dólar estadunidense era de 5 mil sucres por dólar, em média; em dezembro do mesmo ano o câmbio subira mais de 350%. Além disso, a queda dos preços do petróleo a seu mínimo histórico de \$8 o barril também limitou a disponibilidade de recursos, inclusive para o pagamento do serviço da dívida externa, que todos os governos anteriores, sem exceção, haviam considerado prioritário. O governo de Mahuad não teve outra opção – declarou moratória de pagamentos de títulos da dívida (DAVALOS, 2006, p. 485).

Dada a insolubilidade financeira, que se abatia no findar do século XX no Equador, o então Presidente Mahuad tenta uma última saída: radicalizar as políticas neoliberais propostas pelo FMI para salvar do iminente colapso a economia local. Tais medidas adotadas, como aumento de preços, redução do consumo, redução dos gastos públicos, tornam-se imensamente antipopulares, causando, no início, pequenos transtornos e, no final, revoltas da população, principalmente por parte das classes subalternas. Diante da magnitude do (des)ajuste, com todas as suas sequelas sociais, o protesto não se fez esperar e, em março e julho de 1999, o governo enfrentou momentos críticos com os levantamentos indígenas e urbanos, colocando em jogo a sua própria estabilidade. A ação dos taxistas, que bloquearam as ruas das principais cidades, sobretudo a capital, sacudiu o país e estimulou ações paralelas de outros grupos sociais.

Três revoltas indígenas ocorreram naquele ano para impedir a radicalização da política de *arrocho* dos mais pobres (Davalos, 2006). O presidente encontrava-se, pois, de mãos atadas, e, com o aprofundamento crescente da crise financeira do país, é deposto em janeiro de 2000 por uma das revoltas indígenas, assumindo o cargo o então vice-presidente Gustavo Noboa (2000-2002).

Noboa, para soerguer o país da crise instaurada, muda a agenda econômica da carti-

lha do FMI para o paradigma econômico do Banco Mundial, menos imediatista, mas ainda completamente neoliberal. Uma política de estabilidade financeira sustentada pela dolarização da economia, arrocho nos salários, nas contas públicas e uma política agressiva de privatização da estrutura viária, serviços e das riquezas naturais foi implementada e, visando evitar novas revoltas populares cria-se o Projeto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros do Equador (Prodepine), que conseguiu institucionalizar os movimentos populares, trazendo-os para o seio acalentador das benesses estatais, extinguindo temporariamente a força latente dos movimentos, que, agora, lutavam entre si pelo controle dos repasses públicos.

Uma onda de descrédito na política nacional se abate sobre o Equador. Nas eleições de 2002, uma nova força política emerge os ditos herdeiros do movimento que derrubara Muhad. Apoiado pelas populações indígenas, que acreditavam em uma mudança de fato para o desenvolvimento de uma economia nacional, estímulo à equidade entre as classes e implementação de uma agenda diferente da neoliberal promovidas pelo Banco Mundial e FMI, atinge a presidência Lucio Gutiérrez (2003-2005).

O governo de Gutiérrez rapidamente cai em descrédito ao não promover a efetividade às promessas de campanha. As políticas neoliberais não só são mantidas, como exponeciadas. Novamente o movimento indígena organiza-se e passa à oposição, e com uma nova mobilização social chamada de “os foragidos”, a situação torna-se insustentável, e mais um presidente é deposto pela mobilização social (Gallegos, 2011).

Diante disso, ficava cada vez mais claro o papel fundamental dos movimentos sociais na condução, manutenção e efetivação de seus desejos no âmbito políticoeconômico. Somente por meio da mobilização e de uma proposta clara de seus interesses coletivos poderiam ser alcançadas conquistas verdadeiras. Os movimentos populares, principalmente os indígenas, não poderiam mais se eximir de seu protagonismo político.

CAPÍTULO II: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO EQUADOR

O nascimento do movimento indígena equatoriano e suas especificidades será o objeto do nosso estudo neste capítulo. O Equador está situado em uma região de tradições milenares. No período “pré-colombiano”, o império inca dominava vastas terras e mantinha uma cultura altamente desenvolvida. Todavia, foi rapidamente dizimada pelos povos colonizadores.

Com o passar dos séculos, a cultura indígena foi exterminada e a cultura europeia agora era posta como o modelo de civilização. Vivendo sob a égide de um sistema que se alimenta e retroalimenta-se do individualismo, o sistema político representativo arquitetado na ditadura militar, sem a participação direta do povo, a não ser nas eleições, foi historicamente utilizado para manutenção das frações de classes hegemônicas. O sistema de governo a favor dos interesses das classes econômicas mais elevadas gerou um círculo vicioso de manutenção das condições dominantes, excluindo, *a priori*, qualquer expectativa de mudança. Davalos (2004) salienta que essas condições criadas fazem parte do modo de produção capitalista.

O sistema de representação tem estruturado um quadro mínimo de condições que servem de base para a representação eleitoral num contexto referido como democrático, neste contexto mínimo tem a sua definição de cidadania e participação social, entre outros. Mas este sistema político é um correlato de um sistema econômico que está estruturado na produção social do excedente e sua apropriação individual. Ambos os sistemas são partes de uma estrutura de poder. Assim, para entender o movimento indígena tem que estar dentro dessa matriz geral. Sua ação política só pode ser compreendida no âmbito mais vasto da referencialidade que dá ao sistema político a sua contrapartida econômica. A luta do movimento indígena é justamente para abrir esse sistema político, causando alterações nas noções de representação, na concepção do Estado, no mesmo tempo, levar a mudanças na estrutura econômica (DAVALOS, 2004, p. 176 – tradução nossa).

2.1 O movimento *obrero equatoriano*¹⁴

Na década de 1980 os sindicalistas organizados conseguiam exigir seus direitos por meio de greves gerais e fazer valer sua força e sua voz. A Frente Unitária de Trabalhadores (FUT), nascida da junção de outras centrais sindicais, conglomerou um grande número de trabalhadores, tornando-se instrumento orgânico representativo da classe.

O movimento operário se destacou como um dos atores políticos mais importantes na transição para democracia, sobretudo pelas contínuas mobilizações contra a ditadura militar (1972-1979).

O processo de industrialização almejado pelas forças armadas diversificou os sindicatos e ampliou sua base social. Paradoxalmente, ao impulsionar os investimentos industriais, a conjuntura da ditadura militar trouxe consigo a formação de uma ampla base sindical, com força política suficiente para pressionar os setores militares em relação ao retorno à democracia (Davalos, 2004).

Para frear os avanços da mobilização sindical e, principalmente, permitir a consolidação de seu projeto político, a ditadura desencadeou violenta repressão ao movimento operário. Um dos episódios mais conhecido foi o chamado Massacre de Aztra, em 1977, onde o exército e a polícia reprimiram violentamente uma greve de trabalhadores de um engenho de açúcar da costa equatoriana, provocando assim, inúmeras mortes. A mensagem era clara para aqueles que exigiam a volta à “democracia” e maior representatividade das classes oprimidas: o processo de transição para eleições diretas só passaria por meio das classes dominantes.

Todavia, as mobilizações continuaram; embora, sem a intensidade do período de 1975-1976, quando a FUT havia convocado com êxito a primeira greve nacional equatoriana.

¹⁴ Para maiores informações sobre o movimento sindical no Equador ver YCAZA, Patrício. *Historia del movimiento obrero ecuatoriano*. Quito: CEDIME e CIUDAD, 1991.

A neutralização das mobilizações operárias por meio da repressão policial implicou na perda de espaço e, conseqüentemente, de presença política dos movimentos sindicais no retorno a democracia burguesa. De qualquer maneira, a FUT resistia diante dos “(re)ajustes” econômicos impostos pela ditadura militar e por seguinte, dos governos neoliberais.

Desde esse momento até o final da década (80), o movimento operário, por meio da FUT, foi o ator político principal fora do sistema. Com suas mobilizações, conseguiu frear o radicalismo das políticas de ajuste do governo em 1983 e 1984. Por outro lado, ao mesmo tempo que as greves nacionais tinham enorme poder de mobilização e se convertiam em maciças concentrações populares de rechaço as políticas de ajuste, a FUT não conseguia converter tais mobilizações em uma força social para questionar o sistema político. Esse processo pode ser explicado pela estagnação da industrialização e pela reprimarização da economia, que significaram perdas e precariedade do emprego, instabilidade e insegurança no trabalho. Entre uma agenda nacional e outra sindical, e levando em conta a diversidade de atores sindicais integrantes da FUT, o movimento operário optou finalmente por uma agenda própria: defender o emprego

As políticas econômicas radicais de *arrocho* das décadas de 80 e 90 levavam à mobilização e convocação de grandes greves organizadas pela FUT, mas que não desembocavam em uma verdadeira mobilização para modificações estruturais no sistema político-econômico, mas na melhoria de salários, manutenção do emprego e aumento das vagas. Portanto, o movimento sindical foi perdendo cada vez mais seu espaço num regime autoritário, furtando-se a transpassar de movimento de político-social para reivindicações de cunho econômico, tal como a garantia do emprego. (Salamea, 2006).

2.2 A CONAIE e o movimento indígena no Equador.

O espaço deixado pelo movimento sindical deveria ser rapidamente ocupado e, em 1986, nasce a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), que mais adiante se tornaria importante mediador dos anseios das comunidades indígenas, propondo um Estado plurinacional.

O seu eixo principal era o reconhecimento das diferenças, da plurinacionalidade indígena. A direção da organização estava submetida ao coro de demandas de cada comunidade, necessitando compatibilizá-las em favor do todo, da unidade indígena. É importante lembrarmos que essa reivindicação não foi proposta pelo sistema político, mas sim pelo próprio movimento, caracterizando-se como uma demanda legítima dele. Ela pretende reafirmar a ideia de que os povos indígenas constituem verdadeiras nações. Esse novo *status* torna-se importante dentro da reivindicação de autonomia administrativa de seus territórios e da posse em um nível comunitário das terras indígenas, pois como povo não há ligação necessária com uma territorialidade, mas, por sua vez, uma nação pressupõe um território gerido por ela para sua existência. Esta questão da terra é fundamental para as comunidades indígenas, pois, na sua visão, o espaço físico não é apenas uma ferramenta econômica para sua subsistência, mas um lugar onde os grupos podem preservar e desenvolver suas práticas culturais milenares.

2.3 As principais lutas contra o neoliberalismo: Avanços e limites dos movimentos sociais equatorianos na década de 1990.

Em 1990, a Conaie organiza a primeira revolta indígena desde o fim da ditadura de 1979. Apesar de partidos políticos e forças econômicas, os movimentos indígenas organizados produzem uma revolta com demandas totalmente novas, como o respeito à diversidade cultural e à necessidade de um Estado plurinacional. O Estado equatoriano não podia fechar os olhos para as suas origens, esquecendo assim de boa parte de sua população. A especulação econômica e o sistema político neoliberal não eram moldes aceitáveis para a configuração orgânica da nação, e, sim, uma plurinação.

Os índios, no levante de 1990, só aceitaram como interlocutor o Presidente da República, como representação do Estado. Eles não param para pensar a importância que teria o sistema político, criado justamente para resolver os conflitos que os índios colocavam para o Estado, nem tampouco pensaram se utilizar dos mecanismos da democracia criados para resolver conflitos sociais. Por quê? Os índios, em junho de 1990, violaram o sistema político, colocaram-no entre parênteses nas suas negociações com o Estado, por uma razão que para eles era evidente: era um sistema que os tinha excluído desde sempre. Aceitar esse sistema político seria o equivalente a aceitar uma derrota política antecipada. Os índios haviam questionado a democracia realmente existente, questionado os partidos políticos, sido críticos com as formas que assumia a representação no contexto da democracia. Os índios sabiam que a democracia realmente existente, mais que uma oportunidade, consistia uma ameaça. Mas os índios queriam salvar o conceito de participação social da democracia sem aceitar o molde da representação política, uma aposta arriscada que o conflito iria revelar como a mais importante no seu processo de constituição como um ator político importante nos anos 90 (DAVALLOS, 2004, p. 7 – tradução nossa).

O ex-presidente da CONAIE, Luis Macas, também comenta as manifestações que pararam o país no final de maio de 1990.

Foi um levante contra injustiça, pelo direito a uma vida digna e pela autodeterminação de dez nacionalidades indígenas que lutamos para defender nossos legítimos direitos históricos (...) Constituiu um chamado urgente à liberação solidária dos pobres, em busca de uma nova sociedade (MACAS, 1992, p. 68)

Passado pouco tempo, as novas demandas criadas pela Conaie foram esquecidas, pois não ecoavam politicamente por não possuírem representantes nas vias institucionais. Mais uma vez o movimento corria o risco da imobilidade se não soubesse lidar com os fracassos e a força negativa do poder instituído, que luta com todas as forças e artifícios para manter sua hegemonia e legalidade.

Em 1994, no governo Sixto Durán Ballén, a proposição de uma nova lei de desenvolvimento agrário, que ameaçava o expurgamento das terras comunitárias, causou comoção e mobilização nas comunidades indígenas, e uma nova revolta era iminente. O governo, que até então desencadeava uma série de reformas neoliberais com o intuito de ajustar a economia aos moldes de crescimento internacional, mexia em um ponto nevrálgico da pluralidade de nações equatorianas: queria tomar terras, onde comunidades viviam e desenvolviam suas atividades, visando assim uma expansão das fronteiras agrícolas equatorianas e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento econômico das classes dominantes.

Isto era, pois, inaceitável. Uma segunda revolta indígena eclode e heroicamente impede a aprovação *da* lei, exponenciando ainda mais o papel de protagonista, no âmbito nacional, da organização indígena, como base de enfrentamento não alinhada à institucionalidade vigente. Logo, aproveitando-se do momento, é criada em 1995 a Coordenadoria de Movimentos Sociais (CMS), visando transpor os movimentos sociais para o âmbito político, dominado internamente o espaço que sempre lhes fora negado.

2.4 Pachakutik

Ouvidas as demandas e tendo como meta de campanha a discussão e instauração de um Estado plurinacional, funda-se o partido político Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País (MUPP-NP), que participa das eleições de 1996, angariando 8% dos votos válidos para o parlamento e o controle político de alguns governos locais. Havia começado o processo de mudança social por meio da mobilização.

Os partidos de direita e esquerda equatorianos agora tinham outro importante concorrente, que defendia a radicalização das bases constitucionais do Estado, tendo como objetivo mais imediato a convocação de uma assembleia constituinte que promulgasse uma Constituição que contemplasse o caráter plural da sociedade equatoriana.

Assim, em 1998, uma assembleia constituinte é convocada e, se promulga a 19.^a Constituição do Equador. O reconhecimento dos povos indígenas e a segurança de seus direitos coletivos são reconhecidos na Constituição, mas o grande objetivo da plurinacionalidade do Estado ainda fora contemplado. Nas eleições de 1999, o movimento Pachakutik (PK) angariam 10% da representação eleitoral, conseguindo uma boa expansão em meio às dificuldades impostas pelo cenário neoliberal.

A crise financeira abatia-se sobre o Equador no ano de 1999 e a insolubilidade eco-

nômica do Estado era evidente. O governo Muhad adota um voraz pacote de ajuste econômico recomendado pelo FMI¹⁵. Os preços subiam, a dívida externa era impagável e o poder de compra diminuía. Amplos setores da população escamoteada, crise após crise, nutrem um descontentamento com o estatuto político-econômico vigente, o que serviria de base de apoio para as três revoltas indígenas daquele ano, que “desmontaram as políticas de ajuste estrutural e obrigaram o governo a rever esse processo” (Davalos, 2006, p. 490).

O movimento indígena compreende a necessidade de intensificar a defesa da pluralidade e torna “nada só para os índios” sua palavra de ordem (Davalos, 2006). O âmbito das demandas nacionais era agora a prioridade do movimento, de sorte que aumento dos salários, melhorias nos serviços de educação, saúde e transporte, criação de empregos, entre outras medidas, faziam parte da proposta do movimento indígena, que conseguia assim um apoio, ainda não alcançado, de amplos setores da população.

Em 2002, apoiado pelo movimento indígena, Lucio Gutiérrez é eleito presidente, dando, em seguida, um duro golpe no movimento. A eleição de Lucio Gutierrez é festejada por toda esquerda latino-americana, conforme aponta Petras & Veltmeyer (2005):

El triunfo electoral de Lucio Gutiérrez, en 2003, fue acogido con el mismo optimismo y las mismas expectativas con que se recibió una nueva orientación política alternativa en el Brasil, con la elección de Lula como presidente, o la declaración de la Revolución Bolivariana por parte de Hugo Chávez. Asimismo, los movimientos en Bolivia (Evo Morales, el líder de una organización de campesinos productores de coca, que casi llega al poder a través de elecciones, y la caída de Lozada luego de una movilización popular) despertaron en la izquierda las esperanzas de un nuevo amanecer en la política de América Latina (PETTRAS & VELTMEYER, 2005, p. 113).

O então presidente passa do apoio às demandas do movimento indígena ao continuísmo das políticas neoliberais e da contemplação dos desejos das elites dominantes. Com essa reviravolta, Gutiérrez começa a buscar um caminho para dismantelar o movimento indígena, almejando, assim, acirrar disputas internas. Tenta *institucionalizar* o movimento

¹⁵ Para ver os tratados firmados entre o Equador e o FMI, ver anexo VI deste trabalho.

com dinheiro, terras e benesses para as comunidades em troca de apoio político. Líderes indígenas são mortos e uma onda de perseguição política começa no Equador no início do século XXI. O neoliberalismo seguia em frente.

2.5 !Que se vayan todos!

Por conseguinte, Gutiérrez, sem apoio popular e cada vez mais refém do arcabouço político que construíra, torna a corrupção um dos principais motes de seu governo. A negociata política era baseada em jogo deslavado de interesses, a saída ou entrada de partidos na base governista era mediada pela obtenção ou não de cargos de interesse político, ficando o presidente cada vez mais à mercê da jogatina política.

O PK rompe com o governo. A CONAIE entra em crise, ocorrendo um racha no interior do movimento indígena. O apoio a Gutierrez foi um equívoco que custaria muito caro. Neste momento, o movimento indígena tenta rearticular-se e reestruturar-se.

Enquanto isso, a população, fustigada com os rumos do governo Gutiérrez, começa uma campanha de mobilização social contra os partidos políticos da época, com o lema “!Que se vayan todos!”.

O movimento indígena, mesmo desnorteado, novamente vai às *calles*. A crise no sistema representativo fica visível, a população não mais se reconhece nos mandos e desmandos de seus representantes delegados por sufrágio. A mobilização é cada vez mais intensa, o que leva o governo, na tentativa de relativizar o movimento, a denominar seus participantes de “delinquentes e foragidos”. Aproveitando a semântica do governo de combatê-lo, o movimento autodenominou-se “Os foragidos” e encetou uma série de mobilizações sociais (Davalos, 2006 p. 492). O movimento ganhava vida própria, e os cidadãos autoconvocavam-se à luta contra a corrupção do governo e os desmandos do Estado burguês.

Todavia, como bem destaca Gallegos (2011), as novas manifestações não eram en-

cabeçadas pela CONAIE ou pelo movimento indígena - que protagonizaram as lutas sociais durante os anos 90. Tinham como articuladores as classes médias urbanas. Enquanto a destituição de Bucaram deu-se, em grande medida, devido à pressão indígena, a queda de Gutierrez está ligada a novos agentes e movimentos sociais na política equatoriana.

A diferencia tanto de la destitución de Bucaram en 1997, cuando las movilizaciones fueron encabezadas por los partidos y movimientos sociales –sobre todo la CONAIE–, como del derrocamiento de Mahuad, cuando los indígenas se enlazaron con mandos medios del ejército, las jornadas de abril 2005 fueron resultado del *desborde ciudadano* a la tutela partidista y al comando de cualquier estructura organizativa. El tercer derrocamiento presidencial fue, así, fruto de un conjunto de demostraciones sin ninguna dirección política pre-estructurada. Jóvenes y amplios segmentos de las clases medias urbanas componían el núcleo central de la revuelta. Era la primera vez, desde el levantamiento indígena de 1990, que la movilización social no giraban en torno a, o no estaban liderada por, el MIE. Su lugar fue ocupado por una pluralidad de inexpertos marchantes y de neófitas iniciativas colectivas: un radical anti-partidismo acercaba a oleadas de heterogéneos manifestantes que, sin densas redes organizativas previas, lograron altos niveles de coordinación *mientras* se movilizaban. La malograda experiencia de PK en el ejercicio del poder y la nula participación del MIE en las acciones que propiciaron la caída de Gutiérrez señalaban el *fin de un ciclo* de alto protagonismo político e intensa movilización indígena (GALLEGOS, 2011, p.82)

O ainda presidente Gutiérrez decreta estado de emergência na cidade de Quito, o que potencializa e radicaliza os ânimos pela violência estatal que recai sobre aqueles que discordam das vias tomadas. Na insustentável iminência do colapso, o congresso nacional e as forças armadas retiram o apoio a Gutiérrez e um novo presidente assume interinamente o cargo: Alfredo Palacio, vice-presidente do governo Gutiérrez (2005-2007). Em 15 de outubro de 2006, foram realizadas as eleições para o Legislativo e o Executivo, objetivando substituir Alfredo Palacio. Neste processo eleitoral, concorreram 13 candidatos representando os diversos partidos e movimentos políticos. Entre eles, o candidato do partido *Alianza País* (AP), Rafael Correa, que recebeu 22,84%, ocupando o segundo lugar, ficando quatro pontos atrás do primeiro colocado, Álvaro Noboa, do partido Renovador Institucional (PRIAN). Isto chama a atenção, pois Correa era o candidato favorito nas pesquisas de intenção de voto. Outra surpresa foi o terceiro colocado, Gilmar Gutiérrez, do partido Sociedad Patriótica (PSP), irmão do ex-presidente Lucio Gutiérrez. Mesmo não sendo consi-

derado como favorito nas pesquisas de intenção de voto entre os primeiros colocados, ele recebeu 17,42% dos votos válidos.

Esses resultados atestam, tanto no caso do candidato do PRIAN quanto no do PSP, a capacidade de conduzir suas campanhas fora da opinião pública “mediatizada” e apoiando-se em instâncias clientelistas, local e provincialmente. Foi nesse ambiente que Gilmar Gutiérrez conduziu sua campanha eleitoral, por fora dos meios de comunicação. Seu terceiro lugar tem um importante valor simbólico, indicando que os irmãos Gutiérrez e o PSP haviam sobrevivido à revolta de abril, do movimento “forajidos”, e estavam “regressando” fortalecidos. A expressão disso foi que, das 15 províncias onde Lucio Gutiérrez obtivera a maioria em 2002, 11 ainda terem sido favoráveis a seu irmão.

No segundo turno, concorreram os candidatos Rafael Correa e Álvaro Noboa, representando concepções absolutamente diferentes sobre reforma política, papel do Estado, relações internacionais e políticas públicas. Rafael Correa tentou vincular sua candidatura ao movimento “*Los forajidos*”; sua transformação em figura pública, porém, vem de sua passagem pelo governo de Alfredo Palacio como ministro de economia e finanças, ocasião em que ele teve a oportunidade de discutir, em nível nacional, temas como redução dos pagamentos da dívida externa, atenção à dívida social e controle soberano da economia. Utiliza como eixo de seu discurso eleitoral a reforma política por meio da elaboração de uma nova Constituição, para acabar com o que chamava de “partidocracia”. Defende uma renegociação dos contratos de exploração de recursos naturais e um maior controle sobre o capital estrangeiro. Seu discurso “antipartido” foi bem-sucedido, como atesta o crescimento dos números de intenção de voto de sua candidatura, mas acabou por marginalizar outras questões, o que o prejudicou no primeiro turno.

Noboa parte para uma campanha de oposição geral a todas as propostas de Correa, já prevendo um segundo turno disputado entre os dois. Propôs limitar o papel do Estado,

incentivar o livre comércio, atrair o investimento estrangeiro, eliminando o imposto de renda sobre suas operações e fazer uma reforma política via Congresso Nacional. Utiliza-se de propostas populistas nos ramos de habitação, emprego e renda. Uma questão-chave foram as alianças feitas no segundo turno. Álvaro Noboa opta por aliar-se às forças políticas tradicionais, como o Partido Social Cristão (PSC), trazendo descrédito para sua candidatura. Rafael Correa, apesar de contar com o apoio do partido Izquierda Democrática, negocia de forma cautelosa para não correr o risco de ter sua imagem vinculada aos partidos tradicionais. A decisão do partido *Alianza PAIS* (AP) de não lançar candidatos para o Congresso, não legitimando um sistema político que se propunha a modificar, contribuiu para vitória de seu candidato, visto que a população estava muito decepcionada com a antiga prática política do país.

Assim, assume o cargo de presidente Rafael Vicente Correa Delgado. Aliando-se rapidamente aos anseios das revoltas acontecidas no governo Gutiérrez e das medidas políticas adotadas pelos presidentes da Venezuela e Bolívia, Correa implementa uma política nacionalista, revisão das dívidas externas, um Estado mais proativo na economia, discussão de contratos de sedição e exploração dos recursos naturais, entre outras, mas o mais importante é a convocação de uma nova constituinte. O posicionamento do presidente fica claro quando diz em entrevista que,

[...] o neoliberalismo ficou para trás! Esse papo furado de que o individualismo é o motor da sociedade, depreciando tudo o que é ação coletiva, o papo de que a competição deveria ser um modo de vida subestimando a cooperação, de que a sociedade teria que se submeter aos mercados, e não os mercados à sociedade, de que não se necessitava do Estado, de planificação etc. Isso foi definitivamente para o lixo da história. Estamos em uma nova era com novas políticas, talvez nos falte racionalizar essas políticas, mas, felizmente, está-se rejeitando a antiga e buscando algo novo. (2007, p.1).¹⁶

Assim, com medidas antineoliberais, o governo precisa refundar sua base de apoio.

¹⁶ Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/correa-inicia-se-uma-nova-erana-america-latina>>.

Os partidos tradicionais não podem mais ser o motor da legalidade constitucional e política no Equador. Emanam, pois, a necessidade de revitalizar as estruturas do Estado, que só poderiam ser feitas por meio da promulgação de uma nova Constituição.

Diferente das outras constituições, esta nova tentativa adota outros meios para a formulação de seus princípios e artigos e, utilizando-se do contexto de mobilização social sem precedentes, o governo faz uso da situação a fim de emanar da sociedade civil organizada as demandas, dando um caráter mais orgânico à lei escrita abstrata. Com isso, a lógica da assembleia constituinte é revertida e as emanações populares de seus desejos coletivos expressas na nova carta magna do país, aprovada com 63,97% de votos a favor no plebiscito de sua efetivação.

De la mano de la popularidad del presidente Correa las izquierdas alcanzaron el pleno control de la Convención de 2007-2008. Aún en medio del declive de la movilización social, la nueva Carta Magna constitucionalizó la salida del neoliberalismo, amplió aún más el espectro de los derechos, consagró la plurinacionalidad del Estado, innovó en materia de derechos ambientales, extendió radicalmente los espacios de participación popular y, sobre todo, llevó más lejos que nunca las demandas por la des-partidización del orden político (GALLEGOS, 2011, p. 72).

A nova Constituição mostra claramente os novos rumos alcançados por meio de mobilizações e revoltas populares quando diz que:

Artigo 1.º O Equador é um Estado constitucional de direitos e de justiça social, democrático, soberano, independente e unitário, intercultural, plurinacional e laico. É organizado como uma república e é gerida de uma forma descentralizada. A soberania reside no povo, cuja vontade é o fundamento da autoridade, e exercido através de órgãos públicos e as formas de participação direta na Constituição. Não renovável dos recursos naturais do território do Estado pertencentes ao seu direito de primogenitura, inalienável e imprescritível (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2008, cap. 1 – tradução nossa).

CAPÍTULO III: “A REVOLUÇÃO CIDADÃ” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EQUATORIANOS

“Chega ao fim a triste e longa noite neoliberal em toda a América Latina”, proclamou Rafael Vicente Correa Delgado em seu discurso de posse. Economista, criado em uma família de classe média na cidade portuária de Guayaquil, Correa ganhou bolsas de estudo para custear seus estudos nos Estados Unidos e na Europa. Eleito em novembro de 2006, obtendo 56,67% dos votos válidos e tendo como cabo eleitoral a *Alianza PAIS* (Pátria Altiva y Soberana), Rafael Correa assumiu a presidência equatoriana em 15 de janeiro de 2007, após vencer no segundo turno o milionário de direita Álvaro Noboa.¹⁷

Ao assumir a presidência, com uma proposta nitidamente antineoliberal, Correa advogou uma política econômica nacionalista em oposição ao Banco Mundial e ao FMI. Em entrevista à rede de TV CNN¹⁸, o presidente prometeu acabar com o “desastroso modelo neoliberal”, anunciando ter pagado toda a dívida do país com o FMI. Ainda proferiu: “Nunca mais queremos ouvir falar dessa burocracia internacional” (Portal Popular, 2007).

Sem dúvidas, a eleição do presidente equatoriano que se denomina um “humanista cristão de esquerda” representava uma ruptura com o modelo político anterior, o qual gerou o empobrecimento de milhões de pessoas e agravou sem precedentes a desigualdade social no país. Tal crise política, marcada sob inúmeros escândalos de corrupção, fez com que nenhum presidente na última década no Equador pudesse concluir seu mandato.

Nesse contexto, o triunfo de Rafael Correa, que conseguiu canalizar as forças de esquerda do país, trouxe grandes esperanças para a classe oprimida equatoriana. Seu proje-

¹⁷ No primeiro turno, Álvaro Noboa venceu Rafael Correa obtendo 27% dos votos contra 22% favoráveis ao candidato da *Alianza PAIS*. A candidatura presidencial de Luis Macas (Pachakutik) apenas alcançou 2,19% dos votos, o pior resultado obtido desde o início da participação eleitoral do movimento. O candidato do MPD chegou somente a 1,3% da votação. Entretanto, no segundo turno, em novembro de 2009, Rafael Correa virou disputa desbancando o magnata Álvaro Noboa, obtendo a significativa quantia de 56,67 % de votos válidos contra 27% de Noboa.

¹⁸ Entrevista de Rafael Correa à Rede CNN.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TtTQ9aJiK9U>>. Último acesso em: 11 abr. 2012.

to de “Socialismo do século XXI” ou “Revolução Cidadã” conta com inúmeras políticas de fortalecimento do Estado Nacional e maior integração regional na linha bolivariana.

3.1 Assembleia Constituinte e a nova Constituição

A tática adotada por Rafael Correa para a execução da Revolução Cidadã foi ousada. A estratégia durante a campanha presidencial era nítida e defendida em alto e bom som: se ganhasse, o presidente proporia uma Assembleia Constituinte que reformularia o Estado equatoriano. Esta, aliás, era sua principal promessa de campanha. Tanto é, que, como já se observou, a Aliança Pais, seu partido, não concorreu junto com Correa para as eleições no parlamento. O boicote ao legislativo e a aparente estratégia suicida deu certo. Correa venceu as eleições e convocou a assembleia constituinte. De zero legisladores nos primeiros meses de governo, a Aliança Pais passou para mais de 70 por cento da representatividade legislativa. Com isso, Correa deu o primeiro golpe naquilo que denominava “partidocracia”, uma oligarquia que vinha perpetuando-se no poder desde a época de Simon Bolívar.

O diferencial de seu partido era imbatível: a *Alianza PAIS* não apresentou sequer um candidato ao congresso. O professor de Economia lançou-se sozinho na candidatura presidencial e seu discurso esbanjava coerência com a decisão partidária de boicotar as eleições legislativas. Em outubro de 2006, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou os resultados de uma pesquisa, apontando que 91 % dos equatorianos reprovavam a atuação dos congressistas. Com esse discurso em prol de uma reformulação da política nacional, Correa angariou a confiança da maioria da população (Breda, 2011).

Não somos contra o Congresso, somos contra este tipo de Congresso, somos contra este tipo de Congresso, que antecipa as férias para ir ao Mundial da Alemanha e nem sequer consegue nomear o controlador da República – disse o presidente num programa de TV. E completou [...] No lugar de retificar essa falsa democracia, os partidos tradicionais lançam como candidatos dançarinas e joga-

dores de futebol. É uma classe política medíocre e decadente. Respeitamos os três poderes do Estado, mas claramente quem não tem sido respeitoso é o Congresso (BREDA, 2011, p. 93)

O economista Alberto Acosta foi eleito para presidir a assembleia constituinte e, sendo um dos influentes homens do governo na elaboração de uma nova constituição, defendeu a criação de uma Assembleia Nacional no lugar do Congresso Equatoriano. Ele ainda cita algumas propostas deste novo governo:

Planejamos uma revolução econômica. Queremos proprietários não monopolistas; vamos combater monopólios e práticas oligopólicas, vamos controlar o mercado. Queremos também uma sociedade de produtores, não de especuladores; [...] queremos recuperar espaços de soberania em nossa política econômica: a soberania alimentar, a soberania energética, a soberania ecológica – esta é fundamental, pois o país que perde controle de sua natureza perde o controle de sua economia e de sua política. Falamos também de uma revolução social. Vamos combater a desigualdade, a miséria e a pobreza; queremos dar educação e saúde de maneira gratuita e de primeiríssima qualidade, são direitos humanos que precisamos engessar na Constituição e na prática de futuros governos. Queremos combater o racismo, assim como queremos combater o fato de que existe, em nosso país, o machismo. Queremos uma sociedade com igualdades, pois esse é o caminho para fortalecer a democracia e a base para o desenvolvimento. Também falamos de uma revolução ética, vamos combater toda forma de corrupção, algo que entendemos como abuso do poder. Faremos todos os esforços para que as sanções sejam tomadas como exemplo para que não haja impunidade àqueles que roubaram recursos do Estado (TAMAYO, 2007, p. 2).

Gallegos (2011) também expõe o conjunto de propostas do novo governo, as quais iam ao encontro das bandeiras pregadas pelos movimentos indígenas na década de 1990.

Sus propuestas (y luego, decisiones) de convocar a una Asamblea Constituyente, descartar la firma del TLC, demandar el fin del acuerdo para la concesión de la Base de Manta a los militares estadounidenses, revertir la primacía del neoliberalismo, y privilegiar el gasto social al pago de la deuda externa, entre otras, ocuparon prácticamente el mismo campo discursivo que el levantado por el MIE, otras organizaciones populares y pequeñas fuerzas de izquierdas durante las últimas décadas. La emergencia de Correa se colocaba, sin embargo, en medio de un reacomodo del campo progresista: entre el ascenso de nuevos liderazgos, fuerzas sociales y organizaciones ciudadanas –de escasa trayectoria militante– y, como se ha visto, el declive del movimiento indígena en torno de cuya acción se re-articuló la izquierda ecuatoriana en los noventa (GALLEGOS, 2011, p. 91).

Para que essas transformações fossem possíveis, Rafael Correa destacou a necessidade de mudar as “regras do jogo”, a fim de que esses objetivos pudessem ser alcançados.

Correa disse que a aprovação da 20.^a Constituição da Nação Andina em setembro de 2008 permitiria “uma rápida e profunda mudança” no país.

Que toda a América Latina acompanhe o Equador em nossa tentativa de conseguir aprovar uma Assembleia Constituinte que desmonte definitivamente as máfias políticas que tanto mal nos têm feito e têm sequestrado a nossa pátria.¹⁹

Contando com ampla aprovação logo em seu primeiro ano de mandato, em setembro de 2008, foi aprovada por referendo popular a nova Carta Magna. De acordo Ospina (2007), Correa procurou o diálogo com o PK, com o intuito de formular a base de seu governo. O novo *outsider*, durante a campanha, procurou visitar as paróquias mais pobres do país, conheceu a igreja popular e, inclusive, chegou a aprender kichwa – algo que muitos intelectuais interessam-se em saber.

A vitória de Correa transformou-se no triunfo das classes desfavorecidas, abrindo, assim, as portas para um possível processo de mudanças indispensáveis para o país: a luta contra os oligopólios dos meios de comunicação, contra as frações setor bancário e, principalmente, o combate à direita guayaquilena neoliberal equatoriana ligada às exportações.

Para muitos especialistas, a nova constituição equatoriana é uma das mais avançadas e inovadoras do planeta. No plano econômico, o mercado, tão enaltecido pelos neoliberais, perde espaço para os seres humanos e para a natureza – mercado esse que não foi capaz de solucionar os problemas essenciais do país (fome, miséria, exclusão, etc). Inversamente, apenas agravou a situação das classes sociais pobres. A constituição de 2008 celebra a *Pacha Mama* e as culturas ancestrais logo em seu preâmbulo. Invocando Deus e as diversas formas de religiosidade e espiritualidade presente no país, o novo texto propõe

¹⁹ Discurso de Rafael Correa em dezembro de 2006 na Câmara pela Integração dos Povos, em Cochabamba. In: Rodrigues, 2007. Disponível em: <http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=519>. Acesso 08 de novembro de 2010.

Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el *sumak kawsay*; Una sociedad que respeta, en todas sus dimensiones, la dignidad de las personas y las colectividades; Un país democrático, comprometido con la integración latinoamericana – sueño de Bolívar y Alfaro-, la paz y la solidaridad con todos los pueblos de la tierra (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR –Preámbulo).

De qualquer maneira, não é porque o mercado perde espaço que a Carta Magna joga todo o peso da gestão econômica nas costas do Estado. A nova constituição, de longe, não é estatizante. O texto propõe, de maneira clara, o estabelecimento de uma relação dinâmica entre “mercado”, Estado e “sociedade civil”. A criação do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS) tem o objetivo de fomentar a influência política das classes oprimidas nos processos decisórios. Formulando e acompanhando de maneira próxima o fazer político, entidades não governamentais, ONGs, sindicatos e movimentos sociais podem participar da gestão em curso elaborando propostas nas mais diversas áreas do conhecimento. O CPCCS, inclusive, foi elevado à condição de “quinto poder da República” ao lado do Conselho Nacional Eleitoral e dos tradicionais executivo, legislativo e judiciário.

No plano educacional, o ensino passou a ser totalmente gratuito dentro da rede pública, do nível primário ao universitário. O governo arcará, inclusive, com os materiais de estudo, roupas e livros escolares. Anteriormente, quem não podia arcar com essas despesas não estudava. O mesmo se aplica à saúde. O governo, em alguns casos, até aportava o medicamento, mas o preço da seringa, por exemplo, iria para a conta do cliente. A tese em questão é o *direito integral à saúde* e não somente o *acesso à saúde*, dissociada a um trabalho digno, um ambiente saudável e uma política que incentive o lazer e o esporte nos espaços públicos.

De acordo com a nova carta, educação e saúde são direitos humanos. Como tal, está garantido a ambas um repasse mínimo anual de verbas, de seis e quatro por cento do PIB, respectivamente (Breda, 2011).

Outro ponto importante é a integração latino-americana, a qual deixa de ser uma opção política governamental para ganhar ares de texto constitucional. O capítulo terceiro da constituição é dedicado exclusivamente à necessidade de estreitar os laços (humanos, comerciais, de conhecimento) com os países vizinhos. Mais do que isso, considera-se a união latino-americana como um dos objetivos estratégicos do Estado. O artigo 423 diz que o Equador deve comprometer-se a:

- Proteger y promover la diversidad cultural, el ejercicio de la interculturalidad, la conservación del patrimonio cultural y la memoria común de América Latina y del Caribe, así como la creación de redes de comunicación y de un mercado común para las industrias culturales.
- Propiciar la creación de la ciudadanía latinoamericana y caribeña; la libre circulación de las personas en la región; la implementación de políticas que garanticen los derechos humanos de las poblaciones de frontera y de los refugiados; y la protección común de los latinoamericanos y caribeños en los países de tránsito y destino migratorio.
- Impulsar una política común de defensa que consolide una alianza estratégica para fortalecer la soberanía de los países y de la región.
- Favorecer la consolidación de organizaciones de carácter supranacional conformadas por Estados de América Latina y del Caribe, así como la suscripción de tratados y otros instrumentos internacionales de integración regional. (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR – Capítulo Tercero – Integración Latinoamericana – Art. 423)

Da mesma forma que prega a integração, o texto reforça a ideia de soberania do Estado nacional equatoriano. A intenção é recuperar muito do espaço perdido durante o período neoliberal. Por isso, as ideias de soberania aplicam-se nos aspectos econômico, energético, alimentício e, sobretudo, militar. Como dito anteriormente, o art 5º diz que o Equador é um território de paz. Não se permite o estabelecimento de bases militares estrangeiras nem de qualquer organização estrangeira com propósitos militares. Tal parágrafo colocou fim ao contrato de uma base norte-americana na região de Manta, ao norte do país.

Além da plurinacionalidade, outras grandes inovações recaem sobre mais dois princípios fundadores da cosmovisão ancestral e que, desde os anos 80, vêm sendo reivindicadas

das pelo movimento indígena, objetivando a construção de um Estado realmente novo: os direitos da natureza e o *sumak kawsay* (bom-viver).

3.2 Direitos e deveres da natureza

A nova constituição enxerga a natureza como um sujeito de direitos. Diz o artigo 71 e 72:

Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.

Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaran los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.

Art. 72.- La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de Indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados. (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR)

Ora, a inovação aqui presente é que a natureza passa ser vista não só mais como um objeto do qual se extraem as matérias-primas para nossa sobrevivência. Agora, a natureza passa a ter também um sujeito de direito, o que implica respeito à reprodução de seus ciclos, a sua restauração e seus processos evolutivos. Isso significa, em tese, colocar um fim à marcha “civilizatória” do capitalismo contemporâneo que suga os recursos naturais para a produção de mercadorias, destruindo cada vez mais nossa biosfera. Aquecimento global, *el nino*, efeito estufa e outras catástrofes climáticas são apenas os sintomas desse modo de produção extrativista e nocivo ao planeta. Falar em desenvolvimento sustentável, economia solidária e bom-viver requer, então, romper com a lógica do capital já demonstrada por Marx (1996).

A inspiração de que a natureza é um ser dotado de direitos vem dos ancestrais indígenas que concebem a relação natureza-indivíduo como entidades não distintas. Segundo os indígenas, existe uma indissociabilidade entre o homem e o meio ambiente. A preservação da natureza, de acordo com a cosmovisão indígena, seria, assim, um elemento vital para os seres humanos. Neste sentido, constituição do país também partilha desta visão. “A nova Carta Magna defende que o ser humano deixa de enxergar a natureza como mera fonte de recursos naturais e passe a encará-la, como sempre fizeram os povos originários, como uma mãe ou, em palavras ocidentais, como um sistema cujo bom funcionamento é essencial à vida do planeta”. (Breda, 2011, p. 152).

Aqui está uma grande contribuição dada pelos movimentos sociais e constituintes equatorianos: com o novo texto, a natureza deixa de ser uma propriedade e passa a ser um sujeito. A Constituição equatoriana, portanto, alega que a defesa ao meio-ambiente é uma defesa à vida. Galeano (2010) destaca que nem as mais modernas leis ambientais do mundo pautam-se pela conservação da natureza, mas sim pelo controle da devastação. Poeticamente, nas veias abertas da América latina, escreveu: “que até as melhores leis humanas tratam-na como objeto de propriedade, e nunca como sujeito de direito”.

O direito ocidental diz que, para gozar de direitos, um sujeito deve, em contrapartida, submeter-se a uma série de deveres. A natureza por si só sempre cumpriu seus deveres ao longo dos anos ao sustentar toda vida na terra. Alguns constituintes argumentaram que a natureza não tem condições de fazer cumprir seus próprios direitos. A questão levantada era boa; afinal, nenhuma árvore, macaco ou jacaré fará manifestações na rua de Quito caso se vejam afetados em seus direitos. Muito menos farão manifestações ao redor do palácio Carondelet para pedir a renúncia do presidente.

Entretanto, a natureza não é o único sujeito impossibilitado de reivindicar seus direitos. As crianças, por exemplo, tampouco são capazes de protocolar ações na justiça;

ainda sim, é consenso que devam permanecer ao abrigo da lei, que protegerá sua vida e bem-estar.

O mecanismo jurídico que viabilizará a aplicação prática dos direitos da natureza, portanto, seria semelhante ao que rege os estatutos da criança e do adolescente: uma mistura de titularidade e tutela. Os ecossistemas são titulares de direitos, mas necessitam que seu cumprimento seja tutelado por outrem. Assim como existe, no Brasil, o Conselho Tutelar e a Vara da Infância e da Adolescência, caberia ao Estado Equatoriano criar os mecanismos necessários para que os direitos da natureza fossem cumpridos. E o princípio que serve de parâmetro para a ação na justiça é simples e claro: tudo o que preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica pode ser feito; caso contrário, está proibido (Acosta & Martínez, 2009).

O reconhecimento dos direitos à natureza, sobretudo, não implica que os seres humanos não possam mais usar seus recursos naturais. Não se trata de impedir o extrativismo sob qualquer hipótese. Uma interrupção das atividades do petróleo, por exemplo, provocaria uma ruína econômica no país. A proposta constitucional teve como propósito expor que a natureza não é uma propriedade particular, mas um patrimônio fundamental para existência humana. Dessa forma, todas as atividades humanas são permitidas desde que não alterem a capacidade da natureza em reconstituir-se e continuar existindo. Assim sendo, extrair minérios, sob esse ponto de vista, é permitido, mas, se essa extração implicar um dano irreversível, a permissão inexistente.

O desafio colocado, portanto, é gerar uma relação de solidariedade e equilíbrio entre homem e natureza. Para isso, somente com a ruptura do sistema de produção vigente.

3.3 Bom-viver

Fala-se *sumak kawsay* ou bom-viver para mencionar um regime que vislumbre a equidade social concomitantemente com a justiça ambiental. Regime esse pautado pela harmonia entre homem e natureza.

O governista Orlando Perez (2011) define melhor o conceito de *bom-viver*. Segundo ele, esse princípio foi contemplado em noventa e nove artigos constitucionais:

El actual proceso político ecuatoriano busca hacer realidad el Buen Vivir (el Sumak Kawsay, principio indígena andino, presente en noventa y nueve artículos constitucionales), que postula equilibrio entre los seres humanos y la naturaleza para alcanzar una mejor calidad de vida. La vida en plenitud. El buen vivir es un proceso, y para alcanzarlo es necesario avanzar en la creación de derechos, oportunidades y libertades que posibiliten un desarrollo equilibrado en lo social económico, productivo y ambiental (Pérez, 2011, p. 137).

Ao inserir a ideia de bom-viver na atual constituição, os governistas querem abandonar o conceito de desenvolvimento e crescimento capitalista de acordo com a maior produção de mercadorias. Em suma, crescer não é, necessariamente, desenvolver-se, ou seja, altos índices de crescimento econômico não acarretam, muitas vezes, em altos índices de desenvolvimento humano. E o Equador é prova desta tese. Ao longo dos anos, as finanças nacionais foram representadas pelas fases áureas do cacau, da banana e do petróleo. Desde a colonização até a época atual, a inserção comercial do Equador na divisão internacional do trabalho fez com que o país abastecesse de matérias primas as grandes potências imperialistas.

É claro que tais negócios absorveram quantias de remessas para os cofres públicos; entretanto, essa riqueza manteve-se sempre conectada às classes dominantes equatorianas.

No plano interno, durante o período da bananicultura, por exemplo, o grande beneficiário dos fluxos de capitais foi a burguesia agrário-exportadora de Guayaquil. Durante a fase de elevação do preço dos barris de petróleo, matéria-prima responsável por quase me-

tade do PIB equatoriano, as empresas transnacionais, localizadas principalmente na Amazônia (TEXACO). Angariaram volumosas remessas de capitais. Isso não implicou, necessariamente, desenvolvimento das populações e comunidades destas regiões. A Amazônia equatoriana, onde se encontram muitas empresas que extraem petróleo, é onde se registram os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) em todo o país.

AS classes populares equatorianas, logo, têm razões de sobra para não acreditar que o crescimento econômico capitalista, obtido pelo modelo extrativista-exportador, não trouxe benefícios sociais para sua população. O contrário, só acentuou as desigualdades e concentrou renda. Além do empobrecimento, muitas pessoas que tinham suas necessidades básicas atendidas pela generosidade do meio-ambiente equatoriano viam-se impossibilitadas de plantar e garantir seu sustento. Inúmeros rios e solos foram contaminados. Muitas dessas pessoas acabaram contaminadas pelos agrotóxicos ou resíduos petrolíferos e, ainda estão, a esperar as promessas de melhores condições de vida profanadas pelo desenvolvimento. O Equador é um local onde abundam os recursos naturais, havendo semelhante abundância no que tange à desigualdade e à pobreza social (Breda, 2011, p. 166). De acordo com o Alberto Acosta, é a maldição da abundância.

Os cálculos mostram que há várias décadas nos encontramos num jogo de soma zero: se estamos utilizando mais recursos do que está disponível, os ricos ficam necessariamente mais ricos, reduzindo os recursos para os mais pobres. (...) Assim, o que se entende por riqueza, sua quantificação, a definição do que se mede e do que não se mede, possui um instrumento básico com que se avalia todo o âmbito econômico: as contas nacionais. Mas estas medem apenas algumas coisas e não outras. Não medem a capacidade produtiva da vida, toda a capacidade de subsistência que não implica intercâmbio mercantil, todo o âmbito – amplamente espalhado pelo planeta – do trabalho das mulheres no lar como condição de reprodução; medem apenas uma porção de um processo mais amplo. Ao mesmo tempo, omitem os processos destrutivos, e com isso muitas vezes aparece como acumulação de riqueza o que não verdade é um processo sistemático de empobrecimento coletivo, porque se traduz na destruição das condições que tornam possível o que chamamos de riqueza (ACOSTA & MARTINEZ, 2009).

Desse modo, os defensores do bom-viver acreditam que vivemos numa crise civilizatória. Não podemos mais pensar em desenvolvimento somente tomando como parâmetro

a acumulação de bens e serviços. O advento do bom-viver implica, neste sentido, repensar a noção ocidental de riqueza. O PIB, como instrumento de medição quantitativa, sob esse discurso, é um péssimo critério para a avaliação das nações e povos, uma vez que não leva em consideração a degradação ambiental, o respeito aos direitos humanos, a felicidade dos povos e a distribuição da renda.

Pablo Davalos costuma dizer que o crescimento da economia, na atualidade, é o crescimento da acumulação. Quando o PIB cresce, os detentores de capital passam a acumular mais capital. A fórmula é simples: o C-A-E-D-A mais crescimento implica mais acumulação, que implica mais exploração, mais degradação e mais alienação (Davalos, 2008). E esse ciclo vicioso não muda a relação de poder para as classes oprimidas.

Por isso, o bom-viver é uma tentativa de estancar o processo capitalista em curso; de fechar as veias abertas da América Latina. Somente olhando para o passado ancestral e miscigenando com elementos positivos das culturas ocidentais é que se deve construir o futuro. O bom-viver torna-se, assim, um primeiro passo para construção de um novo capítulo na convivência harmônica entre os seres humanos e natureza. Mais do que isso, o bom-viver faz-nos repensar e questionar o modelo econômico capitalista vigente. Faz também abrir um leque de possibilidades para uma nova construção histórica.

Walter Benjamin (1987), em suas *teses sobre o conceito de história*, adota uma postura de ruptura com a concepção de temporalidade evolutiva linear que conduz a humanidade ao “progresso”. A esta ruptura também se dá o nome de revolução. Ora, parece que, enquanto Benjamin propõe a quebra do percurso histórico de maneira radical, os governistas da Aliança Pais acreditam que o caminho institucional – por meio de reformas – seria o melhor caminho para se alcançar o chamado socialismo do século XXI.

3.4 Lei de imprensa

O discurso de renovação que levaram Correa à presidência na primeira vez foi novamente acionado na sua reeleição de 2009 – eleição essa que o ratificou como presidente após a aprovação da 20ª Carta Magna. Para essa candidatura, Correa teve que formular estratégias para dialogar com a população sem que suas palavras passassem pelo filtro oposicionista dos meios de comunicação. Desde sua primeira gestão, conforme destaca Breda (2011 p. 95), a *Alianza PAIS* adotou uma postura agressiva no campo midiático. Intitulado *El Telégrafo*. O governo tratou de lançar o primeiro diário público da história do país. Além do mais, uma publicação quinzenal chamado *El Ciudadano*, com indisfarçável enfoque governista, divulga os projetos em curso da Revolução Cidadã. Ruth Hidalgo, diretora do observatório eleitoral Participacion Ciudadana, analisou a reeleição do presidente.

As vésperas das eleições, vemos que não há candidatos em condições de derrotar Correa. O presidente conseguiu inculcar na população a ideia de que apresenta um novo projeto para o país e fazer com que o povo votasse pela mudança. Além disso, foi capaz de cucutar a ferida dos partidos políticos tradicionais. [...] Os grupos políticos que agora se encontram na oposição ainda não entenderam que devem questionar-se sobre seus próprios estatutos e trabalhar a partir de um novo projeto político., Ainda estão pensando em recuperar as velhas praticas. Enquanto esse for o pensamento dos partidos tradicionais, não haverá para eles possibilidade de vitória (BREDA, 2011, p. 98)

Com a Constituição aprovada e seu mandato renovado, Correa tratou de encaminhar uma proposta do marco regulatório da mídia para consulta popular. De acordo com o presidente, esse debate é central na democratização dos meios de comunicação. Depois de reiterar que "no Equador se respeita a liberdade de expressão", acrescentou: "Aqui temos tolerância com a crítica, mas com o que não temos tolerância é com a mentira" (Sader, 2011).

A lei estabelece a formação de um conselho de regulação. Surfando em grandes índices de aprovação, tal medida foi aprovada por uma consulta popular em maio de 2011.

Com a vitória no referendo, Correa declarou: "Aqui houve um grupo que ficou devendo 600 milhões de dólares e seus proprietários vivem em Miami" [...] "O grupo Isaias criou um consórcio de bancos, engenhos e fazendas, e comprou Gama TV, não para informar, mas para defender seus negócios". Gama TV faz parte de um conjunto de empresas que foram embargadas a bancos quebrados, que serão revendidas ao setor privado. Correa denunciou muitas vezes que, durante a crise neoliberal, a gravidade desta crise foi ocultada pela parceria banco-mídia. "Isto não é saudável para uma sociedade", acrescentou o mandatário equatoriano, agregando que o jornal *El Universo* "é propriedade de três fantasmas das Ilhas Cayman, um paraíso fiscal; esse é o nível ético dos meios de comunicação que nos dão informação todos os dias" (Sader, 2011).

Vale ressaltar que a consulta aprovou também a proibição de que bancos comprem meios de comunicação. Com essa medida, o presidente afirmou: "estamos desconcentrando o poder, o estamos democratizando, mudando as formas de poder de forma profunda e histórica" (Sader, 2011).

Para muitos, este projeto, cuja regulamentação ainda não foi estabelecida, abre o caminho para uma mudança estrutural chave. Uma espécie de "reforma agrária do ar", ao estabelecer uma repartição das frequências de rádio e televisão em três partes: 34% para os meios comunitários, 33% para os meios públicos e 33% para os meios privados (BRASIL DE FATO, 2012).

A nova Constituição, que reconhece a comunicação social como um serviço público que deve ser prestado com responsabilidade e qualidade, clarifica que os meios comunitários são aqueles

cuja propriedade, administração e direção correspondem a comunas, comunidades, povos e nacionalidades, coletivos ou organizações sem fins lucrativos”. Operarão em igualdade de condições com os outros setores, mas se beneficiarão, também, de políticas públicas para sua criação e fortalecimento, como “mecanismo para promover a pluralidade, diversidade, interculturalidade e plurinacionalidade” (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR - Art. 92).

Para favorecer a chamada economia solidária, prevê-se que as entidades estatais contratem publicidade e serviços em tais meios para a difusão de conteúdos educativos e culturais. Outro aspecto importante da normativa é que impedirá a concentração de oligopólios, ao estabelecer um limite para uma mesma pessoa (natural ou jurídica) de uma só frequência para matriz em AM, uma em FM e uma de televisão, em todo o território. De acordo com o governo, cerca de 90% das frequências estão em mãos privadas. A lei prevê que, para alcançar de forma progressiva a divisão aos setores público e comunitário, será priorizada a concessão a estes dois setores até alcançar as porcentagens correspondentes, utilizando as frequências disponíveis e as que serão revertidas ao Estado, pelos motivos dispostos na Lei e na Constituição (BRASIL DE FATO, 2012).

Parte do espectro radioelétrico será liberado mediante a reversão daquelas frequências que foram concedidas sem seguir o devido processo legal ou cujos concessionários tenham feito uma utilização irregular das mesmas. A Auditoria de Frequências, realizada sob o mandato da Constituição, seria a base para determinar essas reversões, que poderiam ser mais de 200, segundo informou o Presidente da Assembleia, Fernando Cordero. Tais frequências deverão reverter-se de imediato ao Estado. Além disso, desde a consulta popular de 2011, a Constituição proíbe que as empresas de comunicação, seus diretores ou acionistas tenham participação acionária em empresas de outro setor econômico.

Intelectuais como Ignacio Ramonet, Ana Esther Ceceña, Carmen Bohórquez, Marta Harnecker e Oscar Ugarteche assinaram um documento de apoio a lei onde se afirma que o projeto

populariza o espectro radioelétrico equatoriano mediante uma redistribuição equitativa das frequências de rádio e televisão (...), elimina os monopólios, fomenta a produção nacional, promove a comunicação intercultural e plurinacional e garante a plena liberdade de expressão e informação”, e “será uma contribuição valiosa para a democratização das comunicações na Nossa América”²⁰.

Em suas entrevistas, Rafael Correa tem afirmado que seu principal adversário nas eleições de 2013 será a imprensa equatoriana.

3.5 Auditorias da dívida pública (interna e externa).

No aspecto econômico, Correa frisou a necessidade de “revertir las barbaridades que existen en la economia”, isto é, desmontar o programa neoliberal dos anos 90 e reconstruir o Estado Nacional Equatoriano. Descartando a “cooperação” do FMI (Fundo Monetário Internacional), Correa afirmou: “Não trabalharemos com os burocratas do FMI e do Banco Mundial. Privilegiaremos o trabalho com a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Interamericano – ID” (Portal Vermelho, 2007).

Além disso, ainda no âmbito econômico, o governo Rafael Correa elaborou uma comissão para auditoria da dívida pública, recuperando aos cofres públicos enormes quantias de contração de dívidas consideradas “ilegítimas”. De acordo com o direito internacional, muitas dívidas foram adquiridas em governos que não tinham o respaldo popular (ditaduras). Em entrevista, o historiador argentino, Alejandro Olmos Ganoa, especialista em analisar dívidas externas nos países latino-americanos, aponta a finalidade de tal trabalho:

O resultado prático é mostrar, a partir de documentos reservados e secretos até agora, quais foram os mecanismos utilizados pelos credores para endividar o Equador, e provar como os processos são similares nos demais países. Isso vai mostrar ao mundo o que até agora permanecia ignorado. Já no que diz respeito a decisão de não pagar mais a dívida, essa é uma faculdade exclusiva do presidente Correa, que, creio, decidirá o que possa ser melhor, de acordo com as possibi-

²⁰ *Ibid.*

lidades do Equador, a oportunidade política e os apoios que possa obter no respaldo das ações que decida iniciar (TAVARES, 2008, p. 3).

3.6 Política Externa

Na política externa, o presidente equatoriano buscou a ampliação dos vínculos econômicos e políticos entre Caracas e Quito. Aproximando suas políticas com Hugo Chávez e defendendo eloquentemente a unidade dos países sul-americanos, Correa leva a cabo o programa bolivariano da tão sonhada integração latino-americana. Enquanto Chávez é o líder, Correa compartilha dessa visão pregada por Simon Bolívar (Prensa Latina, 2008).

Outro assunto polêmico foi a não renovação de uma base militar americana em território equatoriano. O artigo 5.º diz que “o Equador é um território de Paz. Não se permite o estabelecimento de bases militares estrangeiras”, o que eliminou definitivamente a Base Aérea Equatoriana em Manta (*CONSTITUICION DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR*, 2008).

Em meio a esse turbilhão de transformações, os movimentos sociais – principalmente os indígenas – colocam-se de maneira complexa, e até contraditória, em relação ao governo de Rafael Correa. Segundo a pesquisadora do Instituto de *Estudios Ecuatorianos* (IEE), Ana Maria Larrea, os movimentos organizados que apoiam a candidatura de Correia passam por um redimensionamento extremamente complicado: ao mesmo tempo em que devem apoiar propostas progressistas do governo. Têm de fazer uma crítica detalhada e minuciosa das posições errôneas do atual presidente, tomando cuidado para que esta crítica não abra espaço para as forças conservadoras dos setores dominantes, especialmente do grande capital retomem o governo. Ela ainda ressalta que as elites petrolíferas do país, aliadas com a grande imprensa, farão de tudo para que o novo regime fracasse.

As pretensões do programa de governo do presidente Correa não são novas. Por mais de duas décadas, tais pretensões foram parte da plataforma de luta dos principais movimentos sociais no país. No entanto, Correa pretende levar seu projeto a setores da população que tradicionalmente se mantiveram longe de discursos que pudessem ir além de ofertas materiais para solucionar uma situação de vida angustiante. O posicionamento do então candidato à presidência levou a sociedade equatoriana em seu conjunto a uma politização muito importante, levando o povo e um sem-número de coletivos sociais a trabalhar no segundo turno das eleições locais por um sonho que naqueles dias parecia impossível: vencer eleitoralmente o homem mais rico do país. A vitória de Correa foi fruto de um trabalho que ultrapassou com folga a estrutura de seu próprio movimento político e permitiu, de maneira insólita e contra todos os prognósticos, reverter a tendência dos votos nas duas últimas semanas de campanha. Dessa maneira, o triunfo de Correa se transformou no triunfo de todos e abriu as portas para um processo de mudanças indispensáveis para o país. [...] Os donos do poder não deram trégua. Antes que Correa assumisse a presidência, já estava formada uma frente de oposição disposta a enfrentar o novo regime com todas as suas forças. Os tradicionais cem dias de espera para avaliar as ações do novo governo foram esquecidos, pois, para os setores dominantes, a disputa é séria demais para permitir qualquer trégua. Para os movimentos sociais, a presidência de Correa é um desafio duplo: por um lado, apoiar um regime que não é flexível na defesa de suas reivindicações históricas, sem deixar de lado sua força acumulada e sua autonomia; por outro, contribuir com a construção do projeto histórico libertador, sinalizando fraternalmente os erros que o governo comete e pode cometer, sem que isso signifique alimentar as pretensões conservadoras dos setores dominantes e do grande capital, que estão à caça de qualquer fresta que possa existir para fortalecer suas teses defensoras do *status quo* (LARREA, 2007, p. 1).

3.7 Os movimentos sociais e o governo Correa: convergências e divergências.

A situação fica ainda mais embaraçosa quando se analisam as relações do governo com os movimentos sociais. Eleito com forte base dos múltiplos movimentos de esquerda, Rafael Correa, após assumir o cargo, parece “esquecer” das forças que ali o colocaram. Segundo Larrea (2007), os movimentos sociais não foram chamados para participar da composição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), não participando também da comissão do Conselho da Educação Superior (Conesup), que faria propostas para elaborar a nova Carta Magna.

Parece que, por parte do governo, há uma tendência a sobrevalorizar o apoio popular conseguido em 26 de novembro e menosprezar a contribuição dos movimentos sociais para um projeto político que tem mais pontos comuns do que discordâncias. A pouca importância que o governo tem dado aos movimentos sociais fica evidente em alguns fatos. O primeiro, quando consultaram partidos políticos sobre o primeiro estatuto eleitoral para a convocatória da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e se esqueceram dos movimentos sociais em rela-

ção ao assunto. O segundo, quando foi feito o pedido do presidente ao Conselho de Educação Superior (Conesup) para que se forme uma comissão para elaborar uma proposta para a nova Constituição. Essa proposta servirá de ponto de partida para a discussão na ANC. Novamente, os movimentos sociais não foram levados em conta e não participaram da comissão. O governo parece desconhecer a força social e política de coletivos sociais cujas reivindicações históricas abriram as portas para que o país viva o fenômeno Correa (LARREA, 2007, p. 2).

Negando a importância desses movimentos, de acordo com Larrea (2007), a estratégia do governo foi montar uma comissão que planejasse a nova constituição composta somente de juristas notáveis das melhores universidades do país. Será que o presidente apostou em uma constituição elaborada unicamente por especialistas do ramo jurídico?

Esta parece ser uma visão restrita das transformações sociais que ocorrem em todo o continente. Não tomar em consideração as demandas sociais dos variados agentes equatorianos pode levar ao mesmo caminho dos anos anteriores: mais exploração de uma classe sobre outra.

Um outro aspecto – não menos importante – foi a criação da Secretaria de Cidadania, Povos e Movimentos Sociais pelo governo. As perguntas que permanecem: essa seria mais uma tentativa de comandar as organizações a partir do governo? Esforço para institucionalizá-las? Ou será uma secretaria para construir a base social do governo, um espaço para estabelecer canais de diálogo e construção de alianças a partir de uma ótica de respeito à diversidade, às diferenças e à igualdade?

Contrariando essa perspectiva, um tanto pessimista e descrente de Ana Maria Larrea, Magdalena Leon, integrante da Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), em entrevista ao *Brasil de Fato*, alega que a nova constituição equatoriana aponta para avanços bastante significativos, expressando “uma aspiração de longa data dos movimentos sociais, especialmente do movimento indígena, que, desde a década de 90, propõe a refundação do Estado com uma constituição que impulse transformações estruturais na sociedade” (BRASIL de FATO, 2008, p. 2).

Nesta conjuntura, a participação dos movimentos teve várias vias: a proposta de textos constitucionais completos – tais os casos da Conaie e o Movimento de Mulheres – ou de propostas temáticas e setoriais; o diálogo com a Assembleia – que recebeu mais de 1.500 delegações. Além disso, entre as/os assembleístas eleitos, havia dirigentes ou representantes de organizações camponesas, indígenas, mulheres, sindicais, de jovens, de moradores urbanos, de migrantes. Na fase prévia ao referendo, os movimentos sociais têm assumido uma intensiva tarefa de difusão e debate sobre o texto proposto (BRASIL de FATO, 2008, p.3).

Para ela, diferentemente da Constituição de 1998, “que protegia, antes de tudo, o capital”, o novo texto “coloca o povo e a vida em todas as suas expressões como razão de ser do Estado, da Sociedade e da Economia”. Uma das questões essenciais, fruto especialmente das demandas indígenas, é a introdução do conceito do “bem viver”. Esse termo supõe uma redefinição do processo civilizatório, deixando para trás noções de progresso, crescimento e desenvolvimento que já chegaram ao seu esgotamento sem trazer mudanças concretas para as classes oprimidas – que serviu apenas para a exploração, depredação e dominação das classes dominantes. Na nova carta, incorporou-se a soberania alimentar como objetivo estratégico do Estado, o direito à água e sua não privatização, soberania econômica, política, energética e militar. Além disso, as reivindicações de saúde e educação universal e gratuita (até o nível universitário) deram ênfase ao princípio de igualdade com pluralidade.

Segundo ela, os movimentos sociais tiveram, sim, grande papel na elaboração da Carta Magna promulgada por Rafael Correa. Antes mesmo de ser sancionada, em 22 de janeiro de 2007, um ato de cinco mil indígenas marcharam pelas ruas de Quito exigindo o fechamento do Congresso Nacional corrupto e a imediata realização de uma assembleia constituinte. Com cartazes e bandeiras, os manifestantes chegaram à Av. 12 de Outubro para entregar suas propostas para a nova Constituição. Para Luis Macas, ex-presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) – organização convocante

da marcha –, esse é um momento histórico para os povos e nacionalidades indígenas, pois representa uma mudança estrutural, política e jurídica do Estado Equatoriano.

Desde 1830 até hoje, houve 19 Constituições, sem participação plena dos Povos e Nacionalidades Indígenas e se constituiu os poderes do Estado como um resultado do regime colonial dominante, acrescentou Macas. Segundo o comunicado do presidente da Conaie, os indígenas estarão presentes durante todo o desenvolvimento da Constituinte para que suas ideias não sejam fraudadas pelos membros da assembleia, que optam por reformas mínimas de acordo com interesses pessoais, econômicos e politiqueros, ao invés de mudanças profundas (ADITAL, 2007b, p. 1).

O marxista peruano Jose Carlos Mariátegui (1974), destaca a potencialidade revolucionária dos movimentos indígenas. Para ele, o socialismo latino-americano e a emancipação do continente deveria levar em consideração uma aliança operário-indígena para supressão da dominação de classe.

Do preconceito da inferioridade da raça indígena começa a passar-se ao extremo oposto: o de que a criação de uma nova cultura americana será essencialmente obra das forças raciais autóctones. Subscrever essa tese é cair no mais ingênuo e absurdo misticismo. Ao racismo dos que desprezam o índio, porque crêem na superioridade absoluta e permanente da raça branca, seria insensato e perigoso opor o racismo dos que sobrestimam o índio, com fé messiânica na sua missão como raça no renascimento americano. As possibilidades de que o índio se eleve material e intelectualmente dependem da mudança das condições econômico-sociais. Não estão determinadas pela raça, mas pela economia e pela política. A raça, por si só, não despertou nem despertaria o entendimento de uma idéia emancipadora. Sobretudo, não adquiriria nunca o poder de impô-la e realizá-la. O que assegura sua emancipação é o dinamismo de uma economia e de uma cultura que trazem em suas entranhas o germe do socialismo. A raça índia não foi vencida, na guerra da conquista, por uma raça superior étnica ou qualitativamente; mas foi vencida por sua técnica que estava muito acima da técnica dos aborígenes. A pólvora, o ferro, a cavalaria, não eram vantagens raciais; eram vantagens técnicas" (MARIÁTEGUI, 1974, p. 31).

E em outro texto, *Aniversário e Balanço*, o mesmo autor afirma que a revolução latino-americana é a revolução socialista; e essa dependerá das correlações de forças da situação internacional. Mais do que isso, será obra original de nossos povos e nações.

A própria palavra Revolução, nesta América de pequenas revoluções, presta-se a muitos equívocos. Temos que reivindicá-la rigorosa e intransigentemente. Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A revolução latino-americana

será uma etapa, uma fase da revolução mundial, nada mais, nada menos. Será, pura e simplesmente, a revolução socialista. A essa palavra acrescentem, segundo os casos, todos os adjetivos que quiserem: “anti-imperialista”, “agrária”, “nacional-revolucionaria”. O Socialismo supõe, os antecede, abrange-os todos [...] Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com a nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma nova geração (MARIÁTEGUI, 2005, p.119-120).

De acordo com Almeida (2008), a própria obra de Mariategui pode servir de aporte para questionar estruturas do Estado-nação burguês as quais homogeneízam todos os indivíduos em “meros” cidadãos, ocultando, assim, a luta de classes presente no seio da sociedade capitalista.

A reemergência de um forte indigenismo na América Latina, pode trazer à tona questões nacionais até então “adormecidas” e que, dependendo da situação concreta de cada região, em especial as relações etnia – classe social, podem se tornar “fortes”, nos termos propostos por Mariátegui, ao colocarem em cheque não somente as políticas, mas as estruturas do Estado-nação. Isto não é uma fatalidade nem está presente nos discursos e nas práticas de todos os movimentos sociais indigenistas no subcontinente (ALMEIDA, 2008, p. 171).

Neste sentido, as reivindicações apresentadas durante a assembleia constituinte, a CONAIE, tencionava e exigia que a nova constituição construísse um Estado plurinacional para erradicar o regionalismo, a exclusão, o autoritarismo e a repressão que ele costuma impor. Além disso, colocaram questões como “a nacionalização dos hidrocarbonetos e a não privatização dos recursos naturais”, objetivando, assim, “um modelo econômico soberano, ecológico, organizado, igualitário, solidário, comunitário e social, para garantir o presente e as futuras gerações” (ADITAL, 2007b, p. 1).

Tais manifestações, sem dúvida, foram contempladas na Nova Constituição Equatoriana (*CONSTITUICION DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR*, 2008). Em virtude da grande pressão dos grupos sociais indígenas, o recente texto apresenta pontos de plurinacionalidade, interculturalidade, bem como assuntos ligados à ampliação dos direitos coleti-

vos, o reconhecimento do *kíchwa* e outras línguas ancestrais como idiomas de relação intercultural, assim como a proteção de seus territórios e saberes (BRASIL de FATO, 2008).

Hernan Rivadeneira Jativa (2011), professor de direito da Universidade Central do Equador, destaca a importância de transcender-se o processo de participação encabeçado no período constituinte, inclusive com votação direta para juízes e magistrados – hoje prerrogativa de nomeação do presidente e ingresso por meio de concursos públicos. Para ele, deve-se criar um poder judicial, de fato, democrático. O próprio Rivadeneira foi um dos responsáveis por encaminhar o projeto que tem como fim a eleição direta dos membros do poder judicial²¹.

A economista Nancy Medina (2011) também afirma que a construção de um socialismo com democracia no Equador é possível desde que se reinventem novas formas de eficaz participação popular na política.

[...] no se lo podrá hacer sin la ciudadanía, los sindicatos, las organizaciones indígenas, movimientos feministas y ambientalistas, entre otros. El cambio será furto de un acuerdo con todos los que crean en la igualdad, la libertad, la justicia social, la protección de los derechos humanos, porque de otra manera, no se contará con el poder suficiente para derrotar las consabidas resistencias (Medina, 2011, p. 41).

Independentemente dos avanços conquistados, o atual presidente da CONAIE, Sr, Chalango, afirmou que a revolução cidadã e o atual governo vêm distanciando-se das propostas iniciais e recusando o diálogo com os movimentos sociais do país (sindicatos, CONAIE, UNE, etc). A CONAIE e os movimentos indígenas alegam que Rafael Correa, em vez de democratizar e intensificar o processo em curso, centraliza os poderes, não permitindo uma participação popular efetiva. A relação conflituosa (Governo x CONAIE), de

²¹ A respeito, consultar Rivadeneira, Hernan Jativa. *La democracia participativa en la formación de un auténtico poder judicial en Ecuador. In: Cuatro Años de Revolución Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad.* Quito: UCE, (2011, p. 115).

acordo o dirigente, dá-se devido ao modelo econômico “extrativista” propagado pela Revolução Cidadã²².

A aprovação da lei de mineração do país, ratificada pela assembleia nacional em 2009, é apenas um exemplo que pode ser tratado como referência. De acordo com a pesquisadora Natalia Sierra (2009), a aprovação desta lei viola várias normas da constituição equatoriana, privilegiando a entrada de empresas transnacionais para exploração dos recursos naturais. A pesquisadora classifica o atual governo como “embusteiro”. Segundo ela, a Revolução Cidadã não cumpre, de fato, sua proposta de campanha com consultas e participação das classes subalternas na política, funcionando, assim, sob a lógica da burocracia de estado.

A lei de mineração foi a gota d’água que rompeu o apoio do Pachakutik e a CONAIE ao governo de Rafael Correa. O nó górdio é: o governo quer explorar as jazidas de recursos naturais nas distintas regiões dos Andes e da Amazônia; os indígenas, não. A principal queixa da CONAIE é que o governo não está respeitando a Carta Magna. A constituição reconhece a plurinacionalidade e os indígenas estão contra a entrada das empresas transnacionais e o desmatamento; o governo deveria respeitar a voz das comunidades e da *pacha mama*. Afinal, o novo texto prega o princípio constitucional dos direitos da natureza (Capítulo 7 - CONSTITUCION DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2008). O interesse mineiro, de acordo com os militantes indígenas, fere, portanto, o bom-viver sancionado na nova Carta Magna.

Por outro lado, o governo responde, alegando que é preciso diversificar o modelo econômico, mas os minérios, bem como o petróleo, continuam sendo fundamentais para as contas públicas e para a prestação dos serviços essenciais à população. Rene Ramirez, membro do alto escalão do governo Correa, que comanda a Secretaria Nacional de Planifi-

22

cação e Desenvolvimento (SENPLADES), alega que a mineração tem um papel vital para o país, devendo ser feita de maneira territorializada e ordenada.

Acreditamos que a mineração tem um papel muito importante nessa transição, desde que feita de uma maneira ordenada e territorializada. Não pretendemos tocar em zonas de biodiversidade altamente sensível. Mas, onde a exploração seja viável, a mineração será praticada. O país precisa dos recursos, e no momento apenas podemos contar com a agricultura, o petróleo e as minas. Somos um país pobre. Não podemos no dar ao luxo de abrigar riqueza debaixo de solo e, ao mesmo tempo, ostentar altos níveis de desnutrição e analfabetismo (BREDA, 2011, p. 184).

No entanto, como adequar o princípio do bom-viver com à continuidade de uma política extrativista? – pergunta Breda (2011). O mesmo Rene Ramirez responde:

Quem pensa que o bom-viver não tem nada a ver com a satisfação das necessidades mais básicas tampouco está entendendo o que é bom-viver [...] O *sumak kawsay* não deve ser encarado como uma escolha entre extrativismo ou não extrativismo. Mais de 50% dos equatorianos vivem na pobreza. Existe uma brecha entre a nova Constituição e o que realmente é o Equador. O que temos de fazer é construir uma base socioeconômica que permita alcançar a realidade que está expressa no texto constitucional. Devemos, no entanto, começar do mais elementar para logo caminharmos em direção às questões pós-materiais. Vemos que a médio e longo prazo será possível construir a nova sociedade. Mas, neste momento, com as estruturas sociais que temos, é inviável (BREDA, 2011, p. 185). .

O próprio presidente também aprofunda o tema:

A riqueza mineral neste país é imensa, supera os 200 bilhões de dólares. Vamos deixar tudo isso intocado em nome de que não se derrube uma árvore ou um pássaro? Destruir a selva pode ser imoral, mas ainda mais imoral é renunciar aos recursos que podem tirar o país do subdesenvolvimento, que podem eliminar a miséria e a pobreza de nossa pátria [...]. Se apoiar a mineração é ser de direita, então Che Guevara era de direita e Fidel Castro é de direita, porque um dos principais produtos de exportação de Cuba é o zinco, que, ademais, é explorado em minas a céu aberto (ibid, p. 276).

O jornalista Tadeu Breda, um dos maiores estudiosos da “Revolução Cidadã” no Brasil, comenta a contradição entre o discurso neodesenvolvimentista do governo e as ideias de *sumak kawsay* (bom-viver) dos indígenas. .

A questão, no entanto, é que [o governo] continua apostando na exploração dos recursos naturais do país e privilegiando a extração de petróleo e minérios por sobre a preservação do meio ambiente. Isso desagrade sobremaneira ao movimento indígena, ainda que não incomode muitos de seus antigos aliados da Coordenadoria de Movimentos Sociais, principalmente as organizações sindicais e

urbanas, que não sofrem diretamente os efeitos do extrativismo e estão interessadas nas promessas de desenvolvimento social, empregos e ampliação de direitos que Rafael Correa está levando a cabo. (BREDA, 2011, p. 223).

Em seu artigo *Esperança ou Pessimismo?* Alejandro Moreano expõe o impasse presente na lei e mineração. O embate reside no seguinte ponto: “ou se exploram ou não se exploram as minas. Ou se autoriza a ação de empresas transnacionais mineradoras, ou se defende o meio ambiente e a soberania dos recursos. Ou se afirma o Estado plurinacional, ou se exclui os povos indígenas” (Moreano, 2011, p. 177). Este seria o maior antagonismo entre o projeto governista e o pensamento dos movimentos sociais.

La explotación minera es uno de los grandes problemas que opones a los pueblos indios y campesinos con el gobierno de Correa. No se trata de fundamentalismo étnico o radicalismo delirante. El problema es claro, absolutamente claro. El Gobierno está dispuesto, al modo de Uribe y de Alan Garcia, a permitir a grandes transnacionales la explotación de las minas de cobre y oro y del petróleo. Los pueblos indios y los campesinos se oponen a un proyecto económico atentatoria al derecho al agua y la vida de millones de campesinos, que arrasa con la perspectiva de una economía auto sustentada y con la integración latinoamericana (Moreano, 2011, p.175)

Em carta recente enviada ao presidente, a Via Campesina questionou a proposta do governo em estabelecer o modelo de alimentos transgênicos no país. Para o movimento, o cultivo de transgênicos “*sólo provocan destrucción y despojo, lleva a la concentración de la tierra y la riqueza, envenenan nuestras familias, nuestros animales, nuestros cultivos y la vida en torno nuestro, destruyen las fuentes de trabajo y nos expulsan de la tierra*”²³ (VIA CAMPESINA, 2013).

Tal contradição do projeto de “Revolução Cidadã” é exposta pelo professor da Universidade Central do Equador, Mario Unda. Segundo ele, o governo busca alianças com setores ligados ao capital nacional de serviços na expectativa da formatação de uma “burguesia interna progressista e libertadora”. De acordo com Unda, a corrente reformista de

²³ Disponível em: < <http://alainet.org/active/58417&lang=es>>.

Correa e da *Alianza PAIS* crê na “revolução por etapas” para chegar-se ao chamado “socialismo do século XXI”. Para isso, deve-se prestar concessões ao capital nacional, incentivando obras de infraestrutura, agricultura, moradia e emprego.

Sempre está a la búsqueda de esa burguesía progressista, nacionalista o revolucionaria, y donde no la hay, la inventa. Cree que estas alanzas dan lugar a revoluciones “nacional libertadora” o “nacional democrática”, y que estas, a su vez, son la “primera fase”, o la “transición” hacia el socialismo. Y su sola creencia le sirve de prueba de verdad (Unda, 2011, p. 21).

É esta a aliança que a CONAIE pretende denunciar. Segundo Unda (2011, p. 20), a concepção de Socialismo do Século XXI de Rafael Correa e da “Revolução Cidadã” nada mais é do que um “capitalismo popular”.

O professor da Universidade Andina, Pablo Ospina (2011), elucida cinco questões vitais e divergentes entre as propostas governo e as reivindicações dos movimentos sociais:

- 1º modelo econômico extrativista;
- 2º política de reforma agrária (quase inexistente);
- 3º condições de trabalho;
- 4º processo decisório, focando somente no executivo (falta de participação popular);
- 5º criminalização das lutas sociais.

El primero es el desarrollismo extractivista de los planes económicos del gobierno. La mayoría de las organizaciones no pide la suspensión inmediata de la explotación petrolera. Exigen que el extractivismo tradicional no sea reforzado con un nuevo extractivismo minero que solo empeoraría las cosas y que contradice el propósito enunciado por el Plan del Buen Vivir de ir hacia una sociedad de servicios basados en el bio-conocimiento y el turismo. El segundo es una política agraria que a lo largo de estos casi cinco años ha reafirmado en esencia los mismos sesgos de todos los gobiernos anteriores. Por un breve período el gobierno se propuso cumplir la promesa de campaña de redistribuir tierras pero no avanzó en ello ni un solo milímetro y el nuevo ministro simplemente dejó de hablar del tema. El tercero es una política laboral, especialmente en el sector público, orientada a debilitar todo el aparato sindical existente. Los sindicatos son considerados enemigos de la eficiencia, la modernización y la calidad de los servicios públicos. El cuarto factor de distanciamiento entre las organizaciones populares y el gobierno es su concepción del Estado y de la participación social en la toma de decisiones sobre política pública. El eje de toda la revolución ciudadana es el fortalecimiento de la autoridad el poder ejecutivo. No es la participación ciudadana, que está en la Constitución pero no en la práctica del gobierno. Comprender ese otro “momento” consiste, por supuesto, en dejar la responsabili-

dad de tomar las decisiones, en toda soberanía, al ejecutivo. El quinto factor es la hostilidad a la movilización social independiente. No es solo un discurso agresivo. Son casi 200 acusados de terrorismo y sabotaje Los pesados juicios a los dirigentes, algunos de los cuales han terminado con sentencias acusatorias, disuaden mediante el miedo la participación en acciones de protesta. Esta criminalización tiñe con su peso todo lo demás: sin este ataque al corazón y al repertorio fundamental de lucha de las organizaciones, los otros cuatro podrían ser simplemente “diferencias”. Pero si quieres que los movimientos no “se muevan”, simplemente no quieres que existan (Ospina, 2011).

O secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ivan Pinheiro (2011), destaca que, apesar de o governo Correa ter avançado em questões sociais (soberania do petróleo, questionamento da dívida e nova constituição), o mesmo não propõe uma crítica do Estado – e este continua “funcionando como aparato repressor das classes dominantes e fundamentalmente a serviço delas”.

Afinal de contas, Rafael Correa, apesar de limitações, promoveu algumas mudanças. Começou com uma auditoria da dívida externa, que reconheceu apenas 30% do total até então cobrado pelos credores. Através de uma Constituinte livre e soberana, independente do parlamento, propiciou uma nova constituição (promulgada em julho de 2008), avançada em termos de direitos sociais. Determinou a retirada da grande base militar dos EUA que era localizada em Manta. Não se curvou ao estado terrorista colombiano quando este invadiu o espaço aéreo do Equador para assassinar covardemente o comandante Raul Reys (das FARC) e outros militantes, numa ação em parceria com a CIA e a Mossad. Correa também vem estatizando gradualmente a indústria petroleira, com a criação de um novo marco regulatório, em que o Equador retoma sua soberania sobre parte de suas riquezas e usufrui de seus rendimentos. Isto levou empresas estrangeiras a se retirarem do país, inclusive a Petrobrás, que passa a falsa ideia de se tratar de uma empresa estatal brasileira, mas que tem a maioria de suas ações em mãos privadas, vendidas na Bolsa de Nova Iorque, e que se comporta como qualquer multinacional. Neste novo marco, a atual estatal PETROEQUADOR vai se dedicar apenas à gestão da política governamental para o setor. Estão sendo criadas mais duas estatais, a PETROAMAZONAS - que vai operar os campos de petróleo, inclusive na área que resultou da expulsão da empresa norte-americana OXY – e a PETROPACÍFICO, que ficará responsável pelo refino e comercialização dos derivados do petróleo. No mesmo sentido, o Equador mudou a forma subalterna e corrupta com que os políticos burgueses tradicionais se relacionavam com empreiteiras estrangeiras, o que levou inclusive à expulsão do país da Odebrecht, a mais famosa empreiteira brasileira na América Latina, alavancada pelo governo Lula, através de um banco de fomento estatal (Pinheiro, 2011, p.5).

Para o dirigente político brasileiro, além da falta de uma crítica do Estado, Correa se dirige às massas sem a mediação, organização e projeto de um partido revolucionário. Nesse sentido, até o caracteriza como um governo populista.

A maior debilidade do processo equatoriano é a falta de um instrumento político e de uma organização de massas que impulse as mudanças no sentido de uma revolução verdadeiramente socialista, que vá na direção do poder popular e da ruptura gradual com o estado burguês. Aqui reside o “tendão de Aquiles” do processo. O Presidente se comporta como um caudilho de esquerda, numa relação direta com as massas, subestimando a importância da organização e mobilização popular e a construção de uma frente revolucionária (Pinheiro, 2011, p.5).

De fato, a constituição promulgada em 2008 trouxe a questão do *bom-viver* como elemento central do processo político em curso no Equador. Tal conceito, defendido por organizações populares – entre elas a CONAIE –, parece entrar em contradição com as lógicas do capital-industrial.

Inúmeras perguntas pairam no ar: como sair da condição de subdesenvolvimento sob a lógica do sistema capitalista? Mais do que isso, é possível conciliar a questão do *bom-viver* com os dinamismos do sistema capitalista atual? Para Napoleon Saltos (2011.p. 149), é muito complexo categorizar o projeto em curso. A questão levantada é: trata-se de uma reciclagem do sistema capitalista ou de uma perspectiva de uma mudança sistêmica? E, por fim, indaga-se: a revolução cidadã traz consigo modificações estruturais nas relações de poder?

3.8 As FARC e 30S .

A situação embaraçosa com os movimentos sociais ficou ainda mais acentuada em outros dois momentos cruciais da história recente do Equador. Cabe destacar aqui alguns momentos de instabilidade do atual governo equatoriano.

O primeiro ponto de volubilidade remete ao dia 1º de março de 2008, ainda no início de seu mandato. Os pivôs da crise foram os secretários José Chauvín e Gustavo Larrea, cuja trajetória política se misturam na luta pelos direitos humanos no Equador. Nesta data, o exército colombiano quebrou todos os protocolos internacionais de soberania e invadiu o país vizinho. O alvo era um acampamento das FARC que estaria instalado ao norte da Amazônia equatoriana. Por volta da meia-noite, aviões da guarda colombiana bombardearam o local. Os ataques continuaram tanto por ar quanto por terra, tendo como base o envio de tropas especiais. Somente às seis da manhã um informe de Bogotá chegou a Quito, comunicando o confronto em solo equatoriano.

Os batalhões equatorianos só conseguiram chegar ao local bombardeado 12 horas após o início do combate. Em meio à floresta, um cenário de extrema destruição: armas, cadáveres e três mulheres gravemente feridas. Entre elas, Lúcia Morret, estudante da Universidade Autônoma do México, que realizava uma pesquisa de campo sobre as FARC junto com outros companheiros de faculdade, os quais acabaram falecendo durante o episódio.

A situação criou uma grave crise diplomática entre os países. Além de investir mais na segurança de suas fronteiras, Rafael Correa proferiu inúmeros discursos de defesa da soberania do estado Nacional e contra a violação dos princípios internacionais da OEA. Determinou, ainda, ao Exército, que atirasse contra qualquer grupo armado que cruzasse a fronteira. Após esse episódio, as cifras de dinheiro destinado à defesa só cresceram e, em 2008, o investimento chegou a 919 milhões de dólares (Breda, 2011).

O presidente da Colômbia, até então Alvaro Uribe, por sua vez, acusava o governo equatoriano de não cooperar na luta contra a guerrilha dentro de seu território. É aqui que entra a figura de José Chauvín. Durante o combate, o exército colombiano alega ter capturado uma série de documentos e registros materiais que ligam o governo ao acampamento das FARC, de modo que o elo seria José Chauvín. A informação teria sido obtida por meio de uma investigação feita no computador de Raul Reyes, um dos líderes das FARC que faleceu durante o combate. Supostamente, alguns desses arquivos delatavam que Chauvin havia visitado os refúgios amazônicos, pelo menos, sete vezes entre 2007 e 2008 – informação essa que o governo equatoriano nega veementemente.

De acordo com o ex-funcionário do governo, que logo foi afastado do cargo, o motivo de encontro entre ele e Reyes eram bem claros e até mesmo nobres: negociar a libertação de civis em poder das FARC. Porém, tal ilação traz incongruências. Se Chauvin se reunia com Reyes, certamente ele tinha conhecimento dos acampamentos da FARC em zona equatoriana e, conseqüentemente, não o delatou as autoridades oficiais de seu país. Tadeu Breda (2011) elucida melhor o caso:

O xis da questão portanto, passou a descansar no local das reuniões. Se Chauvin e Reyes tivessem se reunido em território colombiano, tudo bem. Mas, ao contrário, se os dois se sentaram a uma mesa de negociações localizada dentro das fronteiras no Equador, isso significa que alguém do governo sabia da existência de um acampamento guerrilheiro em território equatoriano e não fez nada para combatê-lo. Eis o impasse. Depois surgiram outras histórias mal contadas. Numa delas, uma patrulha do exército equatoriano incumbida de resguardar a fronteira do país se havia deparado com um grupo das FARC no meio da floresta. Mas ao contrário do que se poderia esperar, não houve combate. O comandante do batalhão fronteiro justificaria a falta de agressividade com uma razão bem simples: os guerrilheiros estavam em maior número. Os equatorianos, então, preferiram dialogar e pedir que se retirassem de seu território, ao que os inimigos teriam obedecido prontamente para poupar vidas de ambos os lados (BREDA, 2011, p. 81)

Enquanto o caso ainda é investigado mais profundamente, o mandatário equatoriano define alguns pontos para restabelecer os laços diplomáticos entre as duas nações: pagar as devidas indenizações pelo bombardeio; desvincular e deixar de sugerir as relações entre

o governo equatoriano e as FARC; entregar todos os documentos obtidos durante o combate; evitar que as FARC cruzem a fronteira para o Equador; e, por fim, ajudar os imigrantes colombianos que fugiram do conflito em seu país. Outro aspecto relevante nesta análise é o fato de que há indícios da participação norte-americana no caso – um informe detalhado sobre as armas utilizadas no confronto sinaliza esta possibilidade.

Passado um ano do ataque, o então ministro colombiano – hoje presidente da República –, Juan Manoel Santos, lembrou com satisfação a importância do ataque. Ignorou completamente que as forças armadas de seu país assassinaram 25 pessoas em território vizinho e que a manobra esfacelou as relações bilaterais entre os dois Estados:

Golpear terroristas que sistematicamente atentam contra a população de um país, mesmo que estes não se encontrem dentro de seu território, é um ato de legítima defesa e uma doutrina cada vez mais aceita pela comunidade e o direito internacional – disse o atual presidente da Colômbia comemorando a morte de Raul Reyes (Breda, 2011, p.82).

Sem dúvidas, as declarações de Santos se assemelham muito ao ideário militar estadunidense pregado por George W. Bush para invadir o Iraque. Tanto o atual presidente quanto o seu antecessor utilizam a expressão de “guerra contra o terror” para referir-se ao conflito. A batalha que assola há mais de 40 anos a Colômbia parece estar longe de ser resolvida. Enquanto isso, as classes populares são as maiores prejudicadas pelo conflito armado. Um documento da Anistia Internacional (2008) estima que, nos últimos 20 anos, “70 mil pessoas morrem em decorrência da hostilidade”.

Em todo caso, Correa conseguiu conciliar a situação. Demitiu os funcionários do governo envolvidos na questão e, por outro lado, discursou inúmeras vezes, advogando a soberania do país. Além disso, reforçou a segurança nas fronteiras e exigiu o pagamento indenizatório do ataque. Isso fez com que a imagem do presidente ganhasse pontos de po-

pularidade. Correa demonstrou-se enfático quando o tema é independência e autonomia do Equador.

30S

O segundo momento de tensão ficou conhecido como 30S, ou a crise de 30 setembro de 2010. A partir de um movimento de protesto que se iniciou entre as fileiras da polícia contra uma lei que supostamente reduziria as bonificações dos oficiais, rebeldes foram às ruas e ocuparam o Aeroporto Internacional de Quito. Obrigaram as autoridades de aviação civil a suspenderem as operações e tomaram o controle dos principais quartéis da polícia, o movimento espalhou-se por Guayaquil e Cuenca. Houve confrontos entre tropas leais ao governo e os rebelados. A situação virou um caos: bomba de gás, mortos, feridos e, mais uma vez, um clima de destituição do presidente da República.

Em meio ao motim, com inúmeros manifestantes na cidade de Quito, Rafael Correa, que estava recentemente operado do joelho direito, decidiu adentrar na multidão e negociar pessoalmente com os soldados insurgentes. A oposição entendeu a ação de Correa como um ato de imprudência, ao tentar negociar com os manifestantes diretamente num quartel policial, insubordinado, proferindo palavras que incitavam a violência. Na época, durante a desordem – com muitos serviços públicos paralisados – , o presidente explodiu aos berros da varanda do quartel:

Se querem matar o presidente, aqui estou! Matem-me se têm vontade, matem-me se têm valor, ao invés de ficarem covardemente escondidos na multidão! Porque seguiremos com apenas uma política de justiça e dignidade! Não daremos um passo atrás! Se querem trair seu juramento de policiais, traiam, mas este governo e este presidente seguirão fazendo o que devem fazer! Viva a pátria! (Correa apud Breda, 2011, p. 280)

Após o discurso inflamado, o mandatário voltou ao interior do edifício. Fracassadas as intenções de diálogo com os opositores, Correa tentou deixar as instalações do Quartel Policial Regimento Quito nº 1. Não obteve sucesso. A aeronave presidencial não conseguiu pousar no pátio do quartel tomado pelos manifestantes. Correa decide então ir caminhando até seu carro oficial, atravessando os policiais protestantes que acabaram de ouvir o discurso agressivo do presidente. De acordo com o presidente, alguns gritavam “Morram comunistas! Fora Cuba! Fora Venezuela! Viva Lucio!”.

Com os ânimos exaltados de ambos os lados, uma bomba de gás lacrimogênio explodiu próximo a Rafael Correa, que caminhava entre a multidão de soldados enfurecidos. Protegido por guarda-costas, o presidente foi rapidamente levado para um hospital militar que ficava no próprio Quartel General da Polícia. O presidente permaneceu ali durante todo o dia.

Para interpretar os fatos da rebelião policial no dia 30 de setembro, há duas visões distintas. O discurso governista da *Alianza PAIS* e seus simpatizantes referem-se ao motim como uma tentativa de golpe frustrada. De acordo com os correligionários de Correa, a longa permanência do presidente dentro do hospital militar foi um sequestro com a intenção, inclusive, de magnicídio. Durante o período em que ficou “preso” no hospital, Correa concedeu uma entrevista a televisão Estatal ECTV, denunciando o suposto levante golpista:

Eles não estão me deixando sair. Na realidade, nas primeiras horas eu não tinha como deixar o hospital porque estava recebendo soro e minha perna estava sendo tratada, mas já faz algumas horas que estou pronto para ir embora e não pude. Todas as saídas estão fechadas. (Breda, 282, p.282).

Passado algum tempo, Rafael Correa ofereceu mais detalhes sobre o suposto período em que ficou em cativeiro hospitalar:

Nos havíamos refugiado no último reduto que pudemos encontrar, no terceiro andar do hospital, que era o lugar mais seguro. E fechamos a porta. Eu ainda tinha uma reduzida segurança, quatro ou cinco pessoas que estavam dispostas a dar a vida pelo presidente. Num determinado momento, os golpistas tentaram derrubar a porta, a tal ponto que pedi uma pistola também para poder me defender. Embora não saiba disparar, tampouco ia permitir que esses sanguinários me assassinassem tão facilmente (RAMONET, 2011)²⁴

Sem dúvidas, as declarações do presidente podem parecer demagógicas, no sentido de angariar popularidade graças a um dos episódios mais trágicos do país; no entanto, há provas concretas de que policiais rebeldes realmente queriam a morte do chefe do Estado. “Matem de uma vez o filho da puta do Correa!” foi uma das mensagens capturadas na rádio da Polícia Nacional no dia 30 de setembro de 2010, enquanto o presidente se encontrava encurralado no hospital.²⁵

De acordo com o governo, não há dúvidas que o ex-presidente e principal adversário de Correa, Lucio Gutiérrez, esteve por trás do levante policial. Segundo o jornalista Tadeu Breda (2011), há uma série de indícios que apontam para essa conclusão:

1. Quando tomaram a Assembleia Nacional, os policiais que formavam parte da chamada Escolta Legislativa impediram o acesso de todos os deputados equatorianos à Casa, abrindo passagem apenas aos membros do PSP, partido liderado por Lucio Gutiérrez.
2. Durante as manifestações, em mais de uma ocasião, os soldados rebelados gritaram o nome do ex-presidente;
3. Um de seus advogados foi visto e filmado junto aos manifestantes;

²⁴ *Le Monde Diplomatique Brasil*. Entrevista com Rafael Correa. “Pedi uma pistola para me defender”. Fev. 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=848>. Acesso 21/01/2013.

4. Gutierrez não estava no Equador quando estourou a sublevação dos policiais: fora viajado a Brasília para conhecer e acompanhar o sistema de votação eletrônico brasileiro;
5. No dia 23 de setembro, ou seja, uma semana antes do levante, Lucio Gutiérrez esteve no Instituto Interamericano para a Liberdade e a Democracia, órgão mantido por exilados cubanos em Miami, nos Estados Unidos, onde ministrou a conferência *O Socialismo do Século XXI e a crise no Equador* (BREDA, 2011, p. 284).

Pablo Ospina (2010), pesquisador da Universidade Andina Simon Bolívar, em Quito, traz ainda mais evidências sobre a participação de membros do PSP no motim.

É evidente que houve vários personagens ligados a Lucio Gutiérrez nos fatos: no regimento Quito e no ataque à televisão pública. Mas não foram apenas gutierrezistas que protagonizaram os episódios. Fidel Araujo, dirigente do PSP filmado no Regimento Quito na manhã da quinta-feira (30) falando ao telefone, está preso. Outro dirigente, Pablo Guerrero, advogado de Lucio Gutiérrez, envolvido no assalto às instalações da televisão pública no fim da tarde, tem ordem de prisão, mas ainda não foi capturado (OSPINA, 2010, p. 1)

A visão diplomática bolivariana reforça tal tese, enfocando a tentativa de um golpe de Estado. Na esteira do episódio de 30 de setembro de 2010, o governo venezuelano lançou uma cartilha intitulada *Ecuador: El fracasso de um golpe de Estado* (2010), em que reafirma que o levante policial equatoriano é consequência de uma geopolítica internacional imperialista dos EUA que se iniciou na Venezuela em 2002, com a deposição e prisão temporária de Chávez, e continuou na Bolívia em 2008, com escalada de violência em Santa Cruz de La Sierra. No entanto, tal política só foi colher resultados efetivos em Honduras, em 2009, quando então presidente Zelaya foi surpreendido por militares durante a madrugada e expulso sumariamente do seu país.

A pesquisadora e advogada Eva Golinger é quem aponta para possível participação dos EUA no episódio do 30S. De acordo com ela, um informe oficial do Ministério da Defesa equatoriano em 2008 denunciava que diplomatas estadunidenses dedicavam-se a corromper a Polícia Nacional e as Forças Armadas.

O documento afirma que unidades da polícia mantêm uma dependência econômica informal dos Estados Unidos para o pagamento de informações, capacitação, equipamentos e operações. Em resposta, a embaixadora dos EUA no Equador, Heather Hodges, justificou a declaração: “Nos trabalhamos com o governo do Equador, com os militares e com a polícia com objetivos muito importantes para segurança”, justificando a colaboração. Segundo Hodges, o trabalho com as forças de segurança do Equador está relacionado com a “luta contra o narcotráfico” (REPUBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, 2010, p. 11).

O presidente Rafael Correa não concorda totalmente com essa tese; entretanto, compartilha da opinião de que a segurança do país estava excessivamente atrelada ao governo estadunidense.

Não temos nenhuma evidência de que houve potências estrangeiras envolvidas. Pelo contrário, houve uma grande demonstração de solidariedade por parte do Departamento de Estado. O presidente Barack Obama, muito gentilmente, telefonou-me. Mas quando chegamos ao governo, nossos serviços de inteligência e unidades inteiras da Polícia Nacional dependiam da embaixada dos Estados Unidos no que se refere a gastos para investigação, pagamentos, soldos duplos e etc. Demos fim a esses contratos, inclusive com o desconhecimento do próprio governo norte-americano (RAMONET, 2011).

De qualquer maneira, ainda de acordo com Eva Golinger²⁶, a Casa Branca teria incrementado a ajuda financeira a movimentos sociais e ONGs equatorianas por meio da Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional (USAID) e o do Fundo Nacional para a Democracia (NED). Segundo a pesquisadora, um dos principais beneficiários do dinheiro norte-americano foram as organizações indígenas, que desde janeiro de 2009 fazem parte da oposição ao governo de Rafael Correa – e que, supostamente, teriam

²⁶ Para saber mais informações sobre Eva Golinger vide www.chavezcode.com

apoiado a mais recente tentativa de golpe. Em todo caso, conhecendo a trajetória política do movimento indígena equatoriano, a tese levantada por Golinger deve ser considerada com cautela, uma vez que a CONAIE sempre foi um dos movimentos sociais que lutou por bandeiras de esquerda não só no país, mas também na América Latina em geral.

A outra interpretação sobre os acontecimentos de 30 de setembro considera as ações policiais como uma manifestação de um setor social descontente com os rumos da Revolução Cidadã e, particularmente, com a Lei Orgânica de Serviço Público. A tese opositorista diz que o acontecido nada mais foi do que um levante policial contra a lei que retirava bonificações dos oficiais. Tal argumentação apega-se aos fatos de que não houve, em nenhum momento, qualquer proclamação oficial de golpe de Estado e que as ações jamais foram manifestações articuladas em um nível nacional.

De acordo com os opositores, a Radio da Polícia, por exemplo, demonstrou que cada policial estava agindo por si só, sem receber ordens superiores: enquanto uns queriam a morte de Rafael Correa, outros apenas queria manifestar sua contrariedade à Lei Orgânica de Serviço Público. Por outro lado, também ficou claro que a maioria dos policiais que falavam pelo rádio queria a renúncia imediata do presidente (Breda, 2011, p. 289).

Comecemos recordando que um golpe de Estado (...) requer certas condições. O fundamental, sem dúvida, é quem alguém declare a queda do governo vigente e anuncie quem assume a direção do país em seu lugar. No episódio de 30 de setembro, no Equador, isso não aconteceu em nenhum momento. (...) Os policiais insubordinados sequer apresentaram um representante ou liderança unificada (...). A falta de unidade na ação é outro fato evidente (...). Será que as forças de segurança envolvidas esqueceram que um golpe de Estado tem que ser planejado? Será que não nomearam responsáveis para tarefas básicas, como porta-vozes? Ou será que simplesmente não houve golpe de Estado, e sim um levante policial? (ISCH, 2010, p. 10).

De acordo com os movimentos sociais, o impasse do 30S foi resultado da maneira truculenta com que o governo trata seus opositores. Para os dirigentes sindicais e do movimento indígena, tudo acabou tomando tamanha proporção porque Correa tentou resolver

“no grito”. Como se não bastasse seu equívoco em comparecer em meio à rebelião de soldados armados e totalmente enraivecidos, o presidente persistiu no erro em seus discursos, inflamando o ânimo dos manifestantes. Pedir que lhe matassem foi também um excesso, o qual, inclusive, poderia ter-lhe custado a vida.

Para as versões mais radicais do “simples” motim, sequer houve “sequestro” porque o presidente manteve comunicação com seus partidários (que o visitaram quase sem interferência) e com o resto do mundo. Ademais, conservou o comando do governo e de sua escolta pessoal. Foi, pois, um sequestro em condições altamente favoráveis ao sequestrado (OSPINA, 2010)

Todavia, há sérias dúvidas sobre o fato de a rebelião policial não ter sido planejada. De acordo com Breda (2011), é complicado imaginar que uma sublevação dessa magnitude possa acontecer espontaneamente em vários quartéis do país e nos aeroportos do Equador sem a mínima coordenação. A rapidez com que se iniciaram os saques em Guayaquil e Cuenca também podem ser uma demonstração de que o golpe (ou motim) havia sido sincronizado entre os atores do protesto.

O professor Guillaume Long, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), admite a espontaneidade do levante policial; porém, isso não quer dizer que não tenha tido a intenção de derrubar o presidente.

Muitos golpes foram marcados por um altíssimo elemento de aventureirismo, de espontaneidade e improvisação. Quando se desencadeia o início de um *putsch*, ainda que frágil, os atores políticos e sociais têm a opção de posicionar-se frente a ele. É assim que muitos golpes começam por uma sublevação isolada em um, dois ou três quartéis. Depois têm início as pressões e negociações que, em certos casos e quando se oferecem as condições, desencadeiam um efeito dominó que faz com que os golpistas possam tomar o poder. A natureza do golpe, portanto, é ir somando forças que num início não estavam absolutamente comprometidas com o *putsch* (LONG, 2010, p. 1).

Rafael Correa concorda com Long:

A ideia era semear o caos durante dois ou três dias, até que o governo caísse. Não temos a menor dúvida de que foi uma tentativa de golpe de Estado, de conspiração, de desestabilização. A oposição estava reunida num hotel de Quito, já

celebrando a queda do governo, quando fui capturado. E as informações posteriores da inteligência me indicam que isso fora planejado com três semanas de antecedência. O que alterou todo o programa foi que eu me apresentei no Regimento Quito (RAMONET, 2011, p. 1)

O ex-presidente Lucio Gutiérrez nega veementemente a participação no levante. Em entrevista para Breda (2011), Gutiérrez alega que Correa se aproveitou do episódio para distorcer os fatos. De acordo com Gutiérrez, não houve qualquer tentativa golpista durante a manifestação. Disse ele:

Ninguém quer derrubar Rafael Correa. Queremos que ele termine seu mandato, vá para casa e deixo os equatorianos em paz. As acusações de Correa são falsas e temerárias. Está sempre me culpando de tudo. Quando os indígenas se rebelaram, culpou-me. Quando os estudantes protestaram, culpou-me. Quando os professores saíram às ruas, Correa disse que eu estava por trás das manifestações. O grande culpado por esse episódio doloroso que aconteceu no Equador é Rafael Correa, porque seu governo é abusivo, corrupto e totalitário. É um governo intolerante, que não respeita os direitos dos cidadãos (Breda, 2011, p.293).

O movimento indígena compartilha da visão de Gutiérrez neste aspecto. Para ele, Rafael Correa tem um estilo de governo autoritário e centralizador, ao contrário daquele ideal sancionado na nova constituição.

Vale ressaltar que o movimento indígena foi a plataforma que levou Correa à presidência em 2006; também o apoiou na convocatória para a Assembleia Constituinte, a qual culminou na nova Carta Magna Plurinacional. Entretanto, segundo a CONAIE, com apenas três meses após aprovação da Constituição, o próprio governo ousou desrespeitá-la. A Lei de Mineração, por exemplo, de acordo com os indígenas, não respeita os princípios do *bu-en-viver* e, mais do que isso, abre as reservas minerais do país para serem extraídas por empresas transnacionais. O processo extrativista a céu aberto, e em larga escala, seria então uma afronta aos direitos da natureza e o *sumak-kawsay*.

Em todo caso, cabe destacar que o Pachakutik – braço partidário do movimento indígena –, durante a confusão estabelecida do 30S, publicou um manifesto pedindo a renúncia do presidente, com os seguintes termos:

Perante a grave comoção política e crise interna, gerada pela atitude ditatorial do presidente Rafael Correa, ao violentar os direitos dos servidores públicos e da sociedade em seu conjunto, convocamos o movimento indígena, movimentos sociais e organizações políticas democráticas a construir uma só frente nacional para exigir a saída do presidente Rafael Correa, ao amparo do que estabelece a Constituição (PACHAKUTIK. Apud Breda, 2011, p. 302).

Intelectuais como Napoleon Saltos também compartilham a opinião de que não houve golpe de Estado, mas sim um levante policial. Saltos (2011) destaca que a tensão presente no episódio é fruto do esfacelamento de canais democráticos do governo junto aos movimentos sociais. Os próprios dirigentes da CONAIE acusam o atual governo de persegui-los e tachá-los de terroristas frente às suas reivindicações.

Outro dissidente do atual governo é Alberto Acosta. Economista e presidente da assembleia constituinte e também ex-ministro das Minas e Energia, Acosta é o principal nome da esquerda a disputar com Correa as eleições presidenciais de 2013. De acordo com ele, o motivo de seu afastamento do governo é que a Revolução Cidadã tomou caminhos reformistas, não levando em consideração as reivindicações dos movimentos sociais – em especial, do movimento indígena equatoriano, representado pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Ele ainda alega que a proposta de sua frente denominada *Unidade Plurinacional das Esquerdas* – composta por partidos como o Pachakutik, o Movimento Popular Democrático (MPD) e o Partido Comunista Marxista Leninista do Equador (PCMLE) – é a de que a revolução cidadã (re)tome os caminhos iniciais, fazendo com que se cumpra a constituição. Os seguidores da corrente defendem que o processo em curso retome a direção inicial.

Por outro lado, passado o episódio do 30S, inúmeras pesquisas apontam que a confiança da população em Rafael Correa somente aumentou. Os grandes perdedores do distúrbio policial, de acordo com Fernando Clarrion, da FLASCO, foi a oposição, que se fragmentou ainda mais. Além da oposição, de acordo com Clarrion, a Polícia Equatoriana e a Assembleia Nacional também caíram em descrédito junto à população (Breda, 2011). Enquanto isso, segundo pesquisa do Instituto Perfiles de Opinión, realizada em dezembro de 2012, Correa tem uma significativa vantagem sobre seus adversários na corrida presidencial de 2013. Com 60,6 % das intenções de votos, o atual presidente é favoritíssimo para continuar no palácio Carondelet (sede do governo). A tendência e a intenção de seus correligionários é que vença a eleição ainda no primeiro turno. Tais números demonstram que o presidente soube contornar aquela quinta-feira triste, um dos dias mais infelizes na história recente do Equador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a expressão “Revolução Cidadã” foi cunhada para denominar o conjunto de mudanças políticas encabeçadas por Rafael Correa e o Movimento *Alianza PAIS*. Ao longo de seu mandato, o presidente procurou seguir uma agenda antineoliberal, tendo o Estado como protagonista do desenvolvimento econômico. Esta política foi o resultado de alianças e contradições entre várias forças, destacando-se a atuação de movimentos sociais de composição indígena.

Neste contexto, a Revolução Cidadã se constituiu como um marco do período *pós-neoliberal* do Equador e na América Latina, conforme afirmado por Gallegos (2007), devido às mudanças no campo político, econômico e social.

No plano internacional, a ascensão de Rafael Correa também se deve-se, em grande parte, à correlação de forças favorável no continente após a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998. Correa e, principalmente Chávez, são protagonistas do chamado projeto *Bolivariano*, que propõe alianças estratégicas de cooperação internacional baseadas na crescente integração social, política e econômica dos países da América Latina e do Caribe em detrimento ao antigo projeto de livre-mercado da ALCA.

A dimensão ideológica da “Revolução Cidadã” traz consigo aspectos *neodesenvolvimentistas* (ALMEIDA, 2012), uma vez aposta no papel do Estado burguês como um catalizador de forças para mudanças pontuais e gradativas no seio da sociedade. No novo cenário político, ocorre a tentativa de se diversificar a economia e intensificar o mercado interno, o que se, por um lado, atende às aspirações de amplos setores das classes populares, por outro é visto como uma afronta aos princípios do *bom-viver*. Além disso, tal política nos remete a um problema que, na teoria e na prática efetiva, permanece em aberto: o da

constituição, nos dias de hoje, de uma burguesia nacional ou mesmo de uma burguesia interna na formação social equatoriana²⁷.

A contradição presente entre neodesenvolvimentismo pode ser exemplificada na Lei de mineração (2009) do país. O impasse fica em extrair ou não os recursos naturais em solo equatoriano. A aprovação do projeto, ratificada pela assembleia nacional em 2009, é apenas um exemplo que pode ser tratado como referência para entendimento da corrente neodesenvolvimentista. De acordo com os movimentos sociais, a aprovação deste mecanismo legal desobedece a várias normas da constituição equatoriana, privilegiando a entrada de empresas transnacionais para exploração dos recursos. Para eles, o projeto atual não leva em consideração os princípios do *sumak kawsay* (bom-viver). Por outro lado, o governo rebate as acusações alegando que é preciso diversificar o polo industrial do país; entretanto, os minérios, bem como o petróleo, continuam sendo essenciais para as contas públicas e para a prestação dos serviços básicos da população. A encruzilha fica em ou se explorar ou não se explorar as minas. Ou se autoriza a participação de empresas transnacionais mineradoras, ou se defende o meio ambiente e a soberania dos recursos. “Ou se afirma o Estado plurinacional, ou se exclui os povos indígenas” (Moreano, 2011.p. 177). Este seria o maior antagonismo entre o projeto neodesenvolvimentista e as bandeiras defendidas pelos movimentos sociais equatorianos.

Com a reeleição de Rafael Correa para a Presidência da República em fevereiro de 2013, o projeto de Revolução Cidadã chega a um momento crucial. Não é exagero afirmar que a formação social equatoriana passa por um dos momentos mais importantes da sua história. Ou o processo se aprofunda e adquire um perfil efetivamente revolucionário ou se restringe ao reformismo, com o sério risco de alguma fração das classes dominantes assumir uma posição predominante ou mesmo hegemônica. A eleição de Correa significa re-

²⁷ O conceito de burguesia, formulado por Nicos Poulantzas (1986) se reporta ao processo de constituição de uma fração burguesa que mantém fortes vínculos com uma formação social específica mas, contrariamente a uma burguesia nacional, não se confronta política e ideologicamente com o imperialismo.

forço à continuidade de maior integração latino-americana, com todas as contradições que lhe são inerentes. Inversamente, a derrota do atual presidente deste pequeno país poderia alterar a correlação de forças no continente, abrindo espaço para a reemergência da velha direita neoliberal.

Este é um grave problema. Para diversos movimentos sociais do Equador, a luta antineoliberal é decisiva e não por acaso se empenharam profundamente nesta batalha vitoriosa. Por outro lado, não sentem contemplados por políticas pós-neoliberais que ameacem projetos de sociedade que consideram inegociáveis. Esta contradição adquire grande dramaticidade no caso equatoriano, mas não é indiferente para as classes sociais, especialmente as classes populares, em toda a América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. *La deuda eterna: una historia de la deuda externa ecuatoriana*. 4. ed. Quito: Libresa, 1994.

———. *Breve história econômica do Equador*. Quito: Fundação Alberto Gusmão, (Coleção América do Sul.) 2005.

———. Dolarización y endeudamiento externo: un matrimonio por interés. In: SALVADOR, Marconi R. (Ed.). *Macroeconomía y economía política en dolarización*. Quito, 2001.

ACOSTA, Alberto & Martinez, Esperanza. (org). *Derechos de la naturaleza. El futuro es ahora*. Abya Yala. Quito, 2009

ADITAL. Governo equatoriano faz auditoria da dívida pública. Disponível em: <<http://www.adital.org.br>>. Acesso em: 29 out. 2007.

———. Marcha apoia a Constituinte e pede o fechamento do Congresso. Disponível em: <<http://www.adital.org.br>>. Acesso em: 29 out. 2007b.

ALBERTO, J. Pla. *La Burguesía Nacional em América Latina*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1971

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. América Latina: entre o antissistêmico e o neonacional-desenvolvimentismo. In: VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA – ALACIP, Quito, 2012.

_____. Vieram para ficar por muito tempo: questões nacionais na América Latina contemporânea. In: Revista Lutas Sociais, v. 19/20, São Paulo: NEILS, 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANISTIA INTERNACIONAL. ! Dejennos em paz! La población civil, víctima del conflicto armado interno de Colombia. Amnesty International. Londres, 2008.

AYALA MORA, Henrique. *Lucha política y origen de los partidos en Ecuador*. 2. ed. Quito, 1992.

BAEZ, Rene. *Dialéctica de la economía ecuatoriana*. Quito: Ediciones del Banco Central del Ecuador, 1980.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOCCO, Arnaldo. *Auge petróleo, modernización y subdesarrollo: el Ecuador de los años setenta*, Quito: FLACSO e Cooperación Editora Nacional, 1987.

BOITO JUNIOR, Armando. A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar. *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, ano 10, n. 475, 2012. Entrevistador: Nilton Viana.

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo na América Latina*. São Paulo: Vozes, 1996.

———. *O socialismo no século 21: há vida para o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL DE FATO. Merlino, Tatiana. Nova Constituição expressa aspiração dos movimentos sociais. 2 set. 2008.

BRASIL DE FATO. Sally Burch. Equador: uma lei para democratizar a comunicação. 11 abr.2012.

BREDA, Tadeu. *O Equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante, 2011.

CARTAMAIOR. O fracasso da tentativa de golpe no Equador. Tradução de Katarina Peixoto. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com>>. Acesso em: 30 set. 2010.

CASAS, Juan Carlos. *Nuevos políticos e nuevas políticas en América Latina*. Buenos Aires: Atlantida, 1991.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. De la integración neoliberal a la alternativa bolivariana para América Latina: principios rectores del Alba. In: ——— et al. *Venezuela: integración latinoamericana y cooperativismo*. Buenos Aires: Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos C.L, 2004.

CONAIE. Site. Disponível em: <<http://www.conaie.org/>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2008. Disponível em <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Ecuador/ecuador08.html>>.

CUEVA, Agustín. *El proceso de dominación política en el Ecuador*. Quito: Editorial Planeta, 1997.

DAVALOS, Pablo. Equador. In: LATINOAMERICANA. ENCICLOPEDIA CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. Organização de Emir Sader, Ivana Jinkings, Carlos Eduardo Martins e Rodrigo Nobile. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

DAVALOS. *Movimento indígena, democracia, estado y plurinacionalidad*. In: *Revista venezolana de Economía y Ciencias sociales*. Caracas-UCV, 2004.

DAVALOS, Pablo . El “Sumak Kawsay” (“Buen vivir”) y las censuras del desarrollo. Quito: ALAI, 2008.

DORYAN GARRÓN, Eduardo; LÓPEZ CASTRO, Grette. *Transición hacia una economía no petrolera en Ecuador: retos y perspectivas*. Quito: INCAE. 1993.

FERNANDES, Marcelo. O Equador tenta renascer. *Portal Vermelho*. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2007.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GALLEGOS, Franklin Ramirez. Fragmentación, reflujo y desconcierto. Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). In: REBON, Julián; MODONESI, Massimo (Org.). *Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Prometeo Libros, 2011.

———; MINTEGUIAGA, Analía. El nuevo tiempo del Estado. La política posneoliberal del correísmo. *OSAL*, Buenos Aires: CLACSO, año VIII, n. 22, sept. 2007.

HIDALGO, Manuel. América Latina y el Caribe 2008: una región en erupción. *Departamento Ecuménico de Investigaciones*, Panamá, Jul. 2008.

HOFMAN, André. Ecuador: desarrollo económico en el siglo 20 (un análisis cuantitativo). *Cuestiones Económicas*, Quito: Banco Central do Ecuador, n. 21, 1992.

JIJÓN, Victor Hugo. Pachakutik en la encrucijada: movimientos sociales y proyecto político en el Ecuador. *Entre Vocês*, Número Especial, La construcción de las izquier-

das. *En publicación*: Revista del Grupo Democracia y Desarrollo Local, Quito: Ecuador, Mayo 2006.

LARREA, Ana Maria. O governo e os movimentos sociais no Equador. Disponível em: <http://www.forumdesalternatives.org/PG/readarticle.php?article_id=3642>. Acesso em: 4 abr. 2010.

LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. In: Lenin: Política. Organizador: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1978.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

MACAS, Luis. El levantamiento indígena visto por sus protagonistas”, In Indios. Una reflexión sobre el levantamiento de 1990. Abya Yala, Quito, 1992.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El Problema de las Razas en la America Launa. Amauta: Lima, 1974.

_____. Aniversario e Balanço. In: Por um socialismo indio-americo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana. São Paulo: Alfa-Omega. 1975.

MARINGONI, Gilberto. Viagem Irresistível. Prefácio do Livro O Equador é Verde de Tadeu Breda, São Paulo: Editora Elefante, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Nova cultural, 1996. v. 1, t. 1, livro primeiro.

———; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOREANO, Alejandro. Capitalismo y lucha de clases en la primera mitad del siglo XX. In: Vários autores. *Ecuador: pasado y presente*. Quito: Instituto de Investigações Econômicas, 1976.

OJEDA, Igor. A rebelião policial foi preparada com antecedência. Disponível em: <<http://www.patrialatina.com.br>>. Acesso em: 11 out. 2010.

OSPINA, Hernando Calvo. O Equador ensaia a “revolução cidadã”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br>>. Acesso em: 2007.

OSPINA, Pablo. *LA UNIDAD DE LAS IZQUIERDAS*. Disponível em <<http://www.jubileo2000.ec/latest/la-unidad-de-las-izquierdas.-por-pablo-ospina-peralta.html>>. Acesso 08/09/2011.

OSPINA, Pablo. “*Intento de golpe o motín policial?*”. In Revista Nueva Sociedad, n° 231, Enero-Febrero, 2010.

PETRAS, James; VELTMEYER. *Movimentos Sociales y Poder Estatal*. México: Lumen, 2005.

PORTAL POPULAR. Equador: constituinte questionará relações com multinacionais. Disponível em: <<http://www.portalpopular.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2007.

PORTAL VERMELHO. Equador: Correa comemora “vitória esmagadora” em referendo. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/>>. Acesso em: 28 set. 2008.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1986.

PRENSA LATINA. “Um novo Equador é possível”, proclama Correa. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>. 4 de novembro de 2010. Acesso em: 10 nov. 2010.

PRENSA LATINA. Presidente equatoriano busca ampliação de vínculos com Venezuela. Disponível em: <<http://www.prensalatina.com.br>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

QUIJANO, Annibal. *Los movimientos campesinos en América Latina. Elites y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

SADER, Emir. A revolução cidadã do Equador. *Carta Maior*, 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=866>.

Acesso em: 5 jul. 2012.

SADER, Emir. O que a mídia brasileira não divulga sobre o Equador. *Carta Maior*: São Paulo, 2011.

SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SALAMEA, Marco. Movimientos sociales e izquierda en el Ecuador. In *amplio abanico de posiciones. Entre Vocês*, número especial, La construcción de las izquierdas. *En publicación*: Revista del Grupo Democracia y Desarrollo Local, Quito: Ecuador, Mayo 2006.

SALTOS, Napoleón; VÁZQUEZ, Lola. *Ecuador su realidad*. Quito: 2006-2007.

SALTOS, Napoleón. El poder y el cambio el reciclaje. In: *Quatro Año de Revolucion Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE, 2011.

SCHVARZER, Jorge. De nuevo sobre la burguesía nacional: una nota con fines didácticos. In: *Realidad Económica* n° 201. Buenos Aires: IADE, 2004

SIERRA C., Enrique. *Ecuador, Ecuador: tu petróleo! tu gente!* Quito: Edidac, 1996.

SIERRA, Natalia. *Ecuador: un gobierno embustero*. : Quito: Prensa Indígena, 2009.

TAMAYO, Eduardo. Rafael Correa: novo amanhecer para o Equador. In: ALAI, América Latina en Movimiento. Tradução Brasil de Fato, São Paulo, 2006.

———. O governo de Correa é majoritário na Assembleia Constituinte. *Portal Popular*. Disponível em: <<http://www.portalpopular.org.br/mambo>>. Acesso em: 4 out. 2007.

TAVARES, Elaine. No Equador, desvendada a fraude da dívida externa. Disponível em: <<http://alainet.org/>>. Acesso em: 15 set. 2008.

TRIAS, Vivian. *Historia del imperialismo norteamericano*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1975. t. I-III.

UNDA, Mario. *Ojos que no ven: El gobierno de Correa y la mirada de las izquierdas*. In: *Quatro Año de Revolucion Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE, 2011.

YCAZA, Patricio. *Historia del movimiento obrero ecuatoriano*. Quito: CEDIME e CIUDAD, 1991.

RIVADENEIRA, Hernan Jativa. *La democracia participativa en la formacion de un autentico poder juridiscional en Ecuador*. In: *Quatro Año de Revolucion Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE, 2011.

MEDINA, Nacy. *Realidad Socio Economica del Ecuador*. In: *Quatro Año de Revolucion Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE, 2011.

VIA CAMPESINA. *Transgénicos: Carta de La Vía Campesina a Rafael Correa, Presidente de Ecuador*. Disponível em <http://alainet.org/active/58417&lang=es>>. Acesso 11/out/2012.

MOREANO, Alejandro. *Esperanza o Pesimismo? In: Quatro Año de Revolucion Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE, 2011.

PERÉZ, Orlando. El conflicto democrático en tiempos de Revolución Ciudadana. *In: Quatro Año de Revolucion Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE, 2011.

RAMONET, Ignacio. "Pedi uma pistola para me defender". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Entrevista com Rafael Correa.. Fev. 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=848>

REPUBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. "Ecuador: El fracasso de um golpe de Estado. Venezuela: Caracas, 2010.

ISCH, Edgar. "Algunas odeas sobre el golpe que nunca fue". In: *Opción*, nº201. Ecuador. Out, 2010.

LONG, Guillaume. *La política del léxico*. In: *El Telégrafo*, Guayaquil, 08 de out. 2010

CRONOLOGIA (A PARTIR DE 1990)

- 1990: Rebelião indígena.
- 1994: Vários escândalos pela corrupção no processo de modernização da economia. Renegociação da dívida externa comercial (Plano Brady).
- 1995: Equador e Peru enfrentam-se, de janeiro a março, na Guerra de Cenepa, mais uma vez motivada por disputa territorial em área de fronteira não demarcada.
- 1996: Abdalá Bucarám, do Partido Roldosista, assume a Presidência.
- 1997: Destituição do Presidente Abdalá Bucaram Ortiz. O Congresso destitui o Presidente em 6 a 11 de fevereiro. Fabián Alarcón, Presidente do Congresso, é escolhido chefe de Estado pelo legislativo.
- 1998: Jamil Mahuad assume a Presidência, em 10 de agosto.
- 1998: Equador e Peru assinam, 26 de outubro, a Ata de Brasília e aceitam a demarcação de 78 km de fronteira, colocando fim às disputas limítrofes.
- 1998-9: Intervenção estatal em vários bancos. Prossegue o “ajuste” econômico.
- 2000: A crise econômica leva à dolarização.
- 2001: Jamil Mahuad é destituído, em janeiro, e seu vice, Gustavo Noboa, assume a Presidência.
- 2003: Lucio Gutiérrez, um dos líderes do movimento pela destituição de Mahuad, assume a Presidência.
- 2005: Lucio Gutiérrez é destituído pelo Congresso depois de decretar estado de emergência em Quito e suspender as nomeações de juízes para a Corte Suprema; seu vice, Alfredo Palácio, assume a Presidência.

- 2006: O candidato Rafael Correa é eleito presidente, em novembro, com 56,58% dos votos no segundo turno das eleições contra 43,42% do empresário Álvaro Noboa do PRIAN.
- 2007: Realizado plebiscito, em 15 de abril, para a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. Foram registrados 81,72% de votos válidos a favor e apenas 12,43% contra.
- 2008: Incursão de efetivos da polícia e do exército colombiano na província equatoriana de Sucumbíos, em 1.º de março, que resultou na morte do “porta-voz” das FARC Raul Reyes e de, pelo menos, outras 22 pessoas, provoca incidente diplomático entre Equador e Colômbia.
- 2008: A nova Constituição é referendada, em setembro, em consulta popular, com aprovação de 63,93%.
- 2008: Governo equatoriano institui a Comissão de Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), com o objetivo de examinar e avaliar todo o processo de contratação da dívida pública. O relatório divulgado informa irregularidades na contratação de parte da dívida externa. Com base nas recomendações, o Governo equatoriano declarou a moratória de parcela da dívida externa.
- 2009: O Presidente Correa conquista novo mandato nas eleições, sendo reeleito com 51,95% dos votos.
- 2009: Advogados colombianos iniciam apresentação de demanda contra o Presidente Rafael Correa no TPI, sob alegação de que ele e ex-funcionários de seu Governo teriam vínculos com as FARC.
- 2009: O Governo equatoriano assume, em 10 de agosto, a Presidência Pro Tempore da Unasul.

- 2009: Em 10 de agosto, Rafael Correa é reempossado no cargo de Presidente da República, para cumprir novo mandato de quatro anos.
- 2010: Em 30 de setembro, levante policial contra alteração em lei de gratificações é abafado pelas Forças Armadas.

PRESIDENTES DO EQUADOR (A PARTIR DE 1960)

- Camilo Ponce Enríquez 1956-1960
- José María Velasco Ibarra 1960-1961
- Carlos Julio Arosemena Monroy 1961-1963
- Junta Militar – 1963-1966
- Clemente Yerovi Indaburo 1966
- Otto Arosemena Gómez 1966-1998
- José María Velasco Ibarra 1968-1972
- Guillermo Rodríguez Lara 1972-1976
- Conselho Supremo 1976-1999
- Jaime Roldós Aguilera 1979-1981
- Osvaldo Hurtado Larrea 1981-1984
- León Febres Cordero 1984-1988
- Rodrigo Borja Cevallos 1988-1992
- Sixto Durán Ballén 1992-1996
- Abdalá Bucaram Ortiz 1996-1997
- Fabián Alarcón Rivera 1997-1998
- (Rosalía Arteaga 1997)
- Jamil Mahuad Witt 1998-2000
- Gustavo Noboa Bejarano 2001-2003
- Lucio Gutiérrez 2003-2005
- Alfredo Palácio 2005-2006
- Rafael Correa – 2007-atual

ANEXOS

Anexo I: Dados Básicos do Equador

NOME OFICIAL	República do Equador
CAPITAL	Quito
ÁREA	276.840 km ²
POPULAÇÃO (2010, est. FMI)	14,3 milhões
IDIOMAS	Espanhol (oficial) e idiomas ameríndios, especialmente quéchua
RELIGIÃO	Católica (96,8 % da população)
SISTEMA DE GOVERNO	República unitária presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Rafael Correa Delgado
PIB	US\$ 64 bilhões
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,695 (77º) (2010, PNUD)
EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA	Fem.: 78 anos; Masc.: 72,1 (2010, PNUD)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	91% (2010, PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar norte-americano

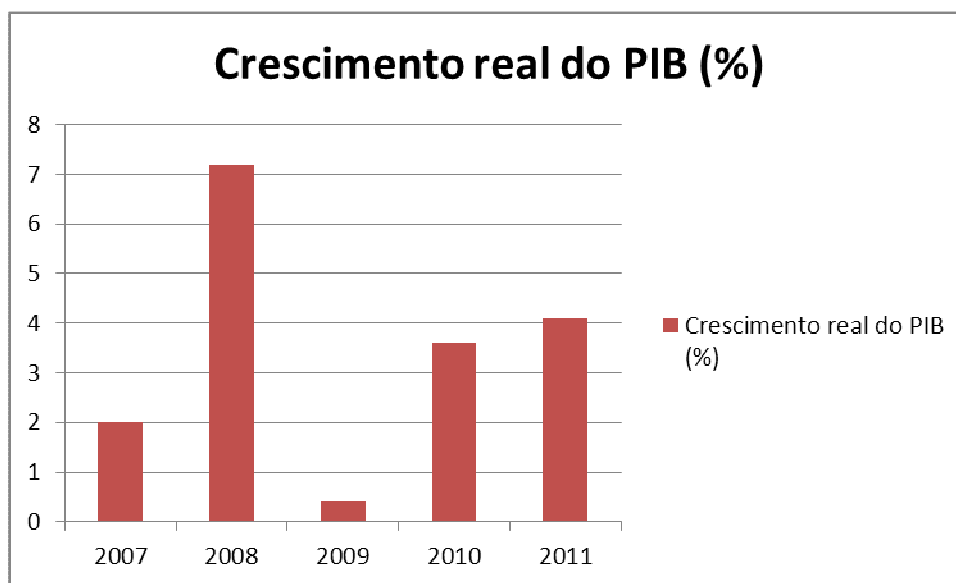
Fonte: Itamaraty (2012). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/equador/pdf>> Acesso em 10/out/2012.

Anexo II: Indicadores Econômico-Comerciais

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2007	2008	2009	2010	2011
População (em milhões de habitantes).	13,6	13,8	14,0	14,3	14,4
PIB Nominal (US\$ bilhões)	45,5	54,2	52,0	58,0	64,6
Crescimento real do PIB (%)	2,0	7,2	0,4	3,6	5,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	3,4	8,9	4,4	3,4	5,6
Reservas internacionais (US\$ milhões)	3.521	4.473	3.792	2.622	3.865
Dívida externa total (US\$ bilhões)	17,8	17,3	12,9	14,7	19,6

Fonte: Itamaraty (2012). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/equador/pdf>> Acesso em 10/out/2012.

Anexo III: Crescimento do PIB durante a “Revolução Cidadã”



Fonte: Medina (2012) apud BCE.

Anexo IV : Peso da Dívida Externa Equatoriana durante o neoliberalismo – Anos 90 à 2000

PESO DA DÍVIDA EXTERNA

	1990	1992	1994	1996	1998	1999	2000
Total Deuda / PIB	116%	103%	86%	76%	83%	118%	97%
Total Deuda / Export.	449%	413%	380%	299%	390%	366%	278%
Deuda Pública / Ingresos Fisc.	-	420%	395%	340%	271%	329%	391%
Servicio Deuda / Egresos	45%	39%	24%	22%	24%	25%	-
Servicio Deuda / Export.	46%	42%	24%	23%	29%	24%	43%

Fonte: ACOSTA (2005)

Anexo V: Pagamentos do Governo para Dívida - Em %

PAGAMENTOS DO GOVERNO CENTRAL
(serviço da dívida e outros setores, em % do PIB)

	EDUCAÇÃO E CULTURA	SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SERVIÇO	DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO	DA DÍVIDA
1986	4,0	1,1	0,5	4,1
1987	3,9	1,4	0,5	7,1
1988	3,3	1,3	0,5	4,5
1989	3,0	1,2	0,5	5,7
1990	2,7	1,2	0,6	6,3
1991	2,9	0,9	0,6	5,2
1992	3,1	1,0	0,5	5,2
1993	2,6	0,7	0,5	3,7
1994	2,9	0,9	0,6	4,6
1995	3,3	1,1	1,4	10,0
1996	3,2	1,2	1,3	8,5
1997	3,5	1,0	1,5	12,1
1998	3,2	1,0	1,0	8,8
1999	3,8	1,2	1,2	13,8
2000	2,9	1,0	1,1	12,5

Fonte: ACOSTA (2005) apud Banco Central do Equador

Anexo VI: Acordos com o FMI em Milhões de U\$

Acordos com o FMI			
DATA	GOVERNO	MONTANTE (us\$)	UTILIZAÇÃO (%)
1961, junio	Carlos Julio Arosemena	10'000.000	-
1962, junio	Carlos Julio Arosemena	5'000.000	-
1963, julio	Carlos Julio Arosemena	6'000.000	-
1964, julio	Dictadura Militar	13'000.000	-
1965, julio	Dictadura Militar	12'000.000	-
1966, julio	Clemente Yerobi	13'000.000	-
1969, abril	Clemente Yerobi	18'000.000	-
1970, septiembre	José M. Velasco Ibarra	22'000.000	-
1972, julio	José M. Velasco Ibarra	16'500.000	-
1983, julio	Oswaldo Hurtado	166'000.000	100%
1985, marzo	León Febres Cordero	105'000.000	100%
1986, agosto	León Febres Cordero	91'000.000	20%
1988, enero	León Febres Cordero	103'000.000	20%
1989, septiembre	Rodrigo Borja	135'000.000	36%
1991, diciembre	Rodrigo Borja	105'000.000	25%
1994, mayo	Sixto Durán Ballén	250'000.000	57%
2000, abril	Gustavo Noboa	300'000.000	-

Fonte: ACOSTA (2005)

Anexo VII: Evolução da Pobreza no Equador com os efeitos da dolarização

Evolução da pobreza (milhões de pobres)		
ANO	POBREZA	POBREZA EXTREMA
1995	3,9	2,1
2000	9,1	4,5

Evolução da pobreza (%)			
ANO	POBREZA	POBREZA EXTREMA	CRIANÇAS EM LARES POBRES
1995	34%	12%	37%
2000	71%	31%	75%

Fonte: ACOSTA (2005) / Banco Central do Equador (2001)

Anexo VIII: Evolução da Remessa de emigrantes (em US\$ milhões)

ANO	EMIGRANTES
1991	109
1992	149
1993	201
1994	273
1995	382
1996	505
1997	644
1998	794
1999	1.084
2000	1.330

Em % do PIB

ANO	EMIGRANTES
1991	0,95%
1992	1,20%
1993	1,38%
1994	1,62%
1995	2,12%
1996	2,64%
1997	3,26%
1998	4,03%
1999	7,87%

Fonte: ACOSTA (2005)